

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Educação Básica

Flávia Ávila Fernandes Mol Pereira

**A Formação dos Coordenadores Pedagógicos promovida por uma
Diretoria Regional do Município de Belo Horizonte**

Belo Horizonte

2019

Flávia Ávila Fernandes Mol Pereira

**A Formação dos Coordenadores Pedagógicos promovida por uma
Diretoria Regional do Município de Belo Horizonte**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação, Diversidade e Intersetorialidade pelo curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Maria José Batista Pinto Flores

Belo Horizonte

2019

P436f Pereira, Flávia Ávila Fernandes Mol, 1966-

A formação dos coordenadores pedagógicos promovida por uma diretoria regional do município de Belo Horizonte [manuscrito] / Flávia Ávila Fernandes Mol. - Belo Horizonte, 2019.

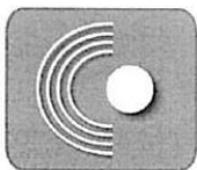
61 f.

Monografia - (Especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientadora: Maria José Batista Pinto Flores

CDD- 370.12

Catálogo na Fonte: Biblioteca da FaE/UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Curso de Especialização em Formação de Educadores para
Educação Básica

ATA DE DEFESA DO SEPTINGENTÉSIMO DÉCIMO OITAVO TRABALHO FINAL DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, SUJEITOS E PRÁTICA NO
COTIDIANO ESCOLAR

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão do Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica – com o título “A formação dos coordenadores pedagógicos promovida por uma regional do município de Belo Horizonte”, do(a) aluno(a) **Flávia Ávila Fernandes Mol Pereira**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Maria José Batista Pinto Flores (orientador) e Daniel Fabian Roca Flores Pinto. Os trabalhos iniciaram-se às 8h, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral do trabalho, a banca examinadora fez uma arguição ao aluno(a). A banca se reuniu, em seguida, sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho aprovado, atribuindo-lhe a nota 95, conceito A. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno(a), que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital para (laseb@fae.ufmg.br) e submeter o trabalho salvo em formato PDF/A de acordo com as orientações da Biblioteca universitária da UFMG, Repositório Institucional (www.repositorio.ufmg.br). Nada mais havendo a tratar, eu, Ana Maria de Castro Rocha, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte 07 de dezembro de 2019.

Aluno(a) Flávia Ávila Fernandes Mol Pereira
Flávia Ávila Fernandes Mol Pereira

Registro na UFMG: 2018751853

Maria José Batista Pinto Flores
Maria José Batista Pinto Flores
Professor(a) Orientador(a)

Daniel Fabian Roca Flores Pinto
Daniel Fabian Roca Flores Pinto
Professor(a) Convidado(a)/avaliador(a)

Ana Maria de Castro Rocha
Ana Maria de Castro Rocha
Secretária do Colegiado de Curso de Especialização
Em Formação de Educadores para Educação Básica

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi fazer uma análise sobre a Formação das Coordenadoras Pedagógicas que atuam na Rede Municipal de Belo Horizonte, bem como das Coordenadoras das Creches Parceiras da Rede Municipal de Belo Horizonte promovida pela DIRE-CS, Diretoria Regional de Educação - Centro Sul. Foi investigado um grupo de Coordenadores Pedagógicos das EMElS e Creches Parceiras, que desenvolvem seu fazer pedagógico a partir das orientações previstas na lei 11.132/2018. As mesmas foram entrevistadas com a intenção de averiguar como veem as formações continuadas propostas pela DIRE-CS e se os temas das formações atendem às demandas das suas instituições. O estudo se pautou em uma abordagem qualitativa por meio de revisão bibliográfica e como instrumento de coleta de dados foi realizado questionário. Tal questionário foi aplicado em umas das formações periódicas na DIRE-CS, no mês de agosto de 2019. Utilizou-se como referencial teórico Gadotti (2008), Paro (2006), Longarezzi e Alves (2009). A partir dos resultados obtidos, destaca-se a importância do diálogo entre as referências pedagógicas da DIRE-CS e as Coordenadoras Pedagógicas, para definição dos temas a serem abordados nas formações, bem como uma maior articulação entre as mesmas, levando as Coordenadoras a perceberem que tais formações são também um momento de Formação Continuada e que os temas precisam ser repassados ao grupo de professoras da instituição na qual atuam como Coordenadoras Pedagógicas, promovendo então, um momento de formação continuada com o grupo docente, alinhando suas ações como também formadoras dos professores e promotoras da Educação Infantil.

Palavras-Chave: Gestão democrática. Coordenação Pedagógica. Formação Continuada.

ABSTRACT

The goal of the following research is to analyze the training of the coordinators that act in the Municipal Network of Belo Horizonte, as well as the Coordinators of day-cares partners of the Municipal Network of Belo Horizonte sponsored by the DIRE-CS, Regional Board of Education - Center South. The subject of the study was a group of Pedagogic Coordinators from the EMEIs and partner Day-Cares that develop their teaching methods following the 11.132/2018 law. These Coordinators were interviewed in order to understand how they saw the continual training proposed by the DIRE-CS and if the themes of the trainings would meet the demands of their institutions. The study was based on a quality focused approach through bibliographic review and a survey was done in order to collect data. Said survey was implemented in one of the continuous trainings at DIRE-CS in august 2019. The theoretical framework used was Gadotti (2008), Paro (2006), Longarezzi e Alves (2009). From the results achieved, what stood out was importance of dialogue between the pedagogical references of DIRE-CS and the pedagogical Coordinators when choosing which themes the continuous trainings should have and the need for better communication between themselves. The Coordinators realized, based on this, that the trainings were also a context of continuing vocation training e that the themes of these must be shared and taught to the other teachers at the institution in which they work as Coordinators. Thus, the faculty would have the opportunity to partake in the continuous training and align their approach in order to form teachers and follow the pedagogical guidelines proposed for children's education.

Keywords: Democratic management. Coordinators. Continuing Vocation Training.

LISTA DE TABELAS

Gráfico 1 - Faixa de idade das Coordenadores Pedagógicas	34
Gráfico 2 - Estado Civil das Coordenadoras Pedagógicas	35
Gráfico 3 - Tempo em que atuam na área da educação	36
Gráfico 4 - Coordenadores Pedagógico que atuam na Rede Municipal	36
Gráfico 5 - Tempo de atuação como Coord. Pedagógico	37
Gráfico 6 - Período de atuação como Coord. Pedag. na Rede Municipal	38
Gráfico 7 - Período de atuação como Coord. Pedag. na Rede Parceira de Belo Horizonte	38
Gráfico 8 - Trabalho em outra instituição da Rede Municipal de Belo Horizonte ou na Rede Parceira	39
Gráfico 9 - Troca entre instituições	39
Gráfico 10 - Não trabalhou em outra instituição	40
Gráfico 11 - Tempo de trabalho em outra instituição	41
Gráfico 12 - Cargo de Coordenação em outra instituição	41
Gráfico 13 - Função de Coordenador Pedagógico	42
Gráfico 14 - Desafios do Coordenador Pedagógico	43
Gráfico 15 - Formação inicial do Coordenador Pedagógico	44
Gráfico 16 - Coordenador Pedagógico com ensino superior.....	45
Gráfico 17 - Formação Continuada	46
Gráfico 18 - Tipo de Formação Continuada que participou	47
Gráfico 19 - Importância da Formação Continuada	48
Gráfico 20 - Assiduidade nas Formações da DIRE-CS	49
Gráfico 21 - Nível de assiduidade nas Formações da DIRE-CS	49
Gráfico 22 - Temas que contribuíram para sua formação docente	50

Gráfico 23 - Sugestão de temas para as Formações dadas pela DIRE- CS	51
Gráfico 24 - Contribuição para os temas abordados nas Formações da DIRE-CS...	52
Gráfico 25 - Contribuição para organização das Formações dadas pela DIRE-CS...	53
Gráfico 26- Participação da Comunidade Escolar nas decisões da instituição	55
Gráfico 27 - Temas relevantes na Formação de Coordenadores.....	56
Gráfico 28 - Organização das Formações.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DAOR - Diretoria de Autorização e Organização Escolar

DIRE-CS - Diretoria Regional de Educação-Centro Sul

EMEF - Escola Municipal de Ensino Fundamental

EMEI - Escola Municipal de Educação Infantil

EJA - Educação de Jovens e Adultos

GCEDI - Gerencia de Coordenação da Educação Infantil

LEPI - Leitura e Escrita na Primeira Infância

PBH - Prefeitura de Belo Horizonte

PEI - Programa de Escola Integrada

UMEI - Unidade Municipal de Educação Infantil

SMED - Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 A Educação Infantil como direito de todas as crianças.....	13
2.2 Gestão Democrática	16
2.3 O papel do Coord. Pedagógico na perspectiva da Gestão Democrática.....	19
2.4 A Escola como espaço de Formação Continuada	21
3 METODOLOGIA	25
3.1 Dos instrumentos metodológicos	25
3.2 A organização da gestão da educação em Belo Horizonte – SMED e sua descentralização em gerencias regionais	27
4 ANÁLISE DE DADOS.....	34
4.1 Quem são as Coordenadoras Pedagógicas?	34
4.2 Histórico Profissional do Coordenador Pedagógico.....	35
4.3 O papel da Coordenação Pedagógica do ponto de vista da Coordenação.....	42
4.4 A busca por Formação Continuada	45
4.5 Gestão Democrática nas escolas	54
5 CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIAS	62
ANEXOS.....	64

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como objetivo fazer uma análise sobre a Formação das Coordenadoras Pedagógicas que atuam na Rede Municipal de Belo Horizonte, bem como das Coordenadores das Creches Parceiras da Rede Municipal de Belo Horizonte promovida pela Diretoria Regional de Educação Centro Sul (DIRE-CS) .

A proposta desta pesquisa foi construída a partir da análise da minha experiência como referência administrativa da educação infantil, na Regional Centro Sul. Neste cargo atuo na regional, dentro do núcleo pedagógico, realizando atividades de acompanhamento e formação dos Coordenadores Pedagógicos da Educação Infantil.

Esta estrutura é comum a todas as regionais, ou seja, a composição do núcleo pedagógico com setores divididos por segmentos, tais como: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Programa de Escola Integrada (PEI), Ensino Fundamental, Núcleo de Inclusão e Educação Infantil. Cada um destes segmentos tem os representantes, denominados por “referências” que atuam nas instituições orientando nos atendimentos aos estudantes, garantindo a política da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). O segmento da Educação Infantil, hoje, é composto por 1 “referência administrativa”, que cuida dos processos de acesso ao cadastro escolar e acompanhamento de vagas ociosas nas instituições procurando garantir atendimento educacional as crianças da educação infantil e 3 acompanhantes também chamadas de “referências pedagógicas”, que tem a função de assessorar as coordenações pedagógicas nos projetos pedagógicos, além de acompanhar o trabalho de formação dos professores da rede e das creches conveniadas, no que diz respeito ao estudo sobre leitura e escrita. São dadas formações às Coordenadoras Pedagógicas a cada 15 dias, que assumem o compromisso de formar os professores.

Neste contexto de trabalho, busquei em 2018 a inserção na Pós-Graduação do LASEB, área de Coordenação Pedagógica, no qual me encontrei com a discussão e estudos sobre Gestão Democrática na Educação.

Com base nos estudos sobre gestão democrática, gestão escolar e autonomia das escolas, fomos construindo as seguintes questões: Como garantir uma Formação Continuada dos Coordenadores Pedagógicos das EMEI's (Escola Municipal de Educação Infantil), EMEF's (Escola Municipal de Ensino Fundamental) e Creches Conveniadas, em uma gestão democrática, onde os temas tratados nas formações da DIRE-CS, são sempre propostos pela SMED? Ao definir quais os temas que o Coordenadores Pedagógicos deverão abordar com os docentes na sua instituição, será que estamos atendendo as especificidades de cada equipamento escolar?

A partir destas questões, fomos delineando a proposta de pesquisa e assim, por meio de uma abordagem qualitativa, mapeamos os temas tratados nas reuniões, ao longo de 2017 e 2018 e começamos um diálogo com as Coordenadoras, no sentido de entender suas demandas e interesses. Para sistematizar melhor as informações de dados, aplicamos um questionário ao grupo de 30 Coordenadoras obtendo respostas de todas delas. Por meio deste questionário pudemos analisar o perfil do grupo de professoras Coordenadoras, assim como a relação que elas estabelecem com a formação oferecida pela DIRE e as perspectivas que elas apontam sobre essa experiência.

Os resultados gerados nesta pesquisa apontam que, a maioria das Coordenadoras não vêem essas reuniões como espaço de formação continuada e apontam que os temas tratados não contemplam suas demandas formativas. Esses resultados apontam necessidade de maior diálogo no processo formativo de maneira a torná-lo mais significativa e democrática.

A construção do percurso desta pesquisa compreendeu desde a produção de um memorial que consolidou um plano de ação e levou ao registro deste trabalho que esta organizado em 4 capítulos.

No Capítulo 2, buscamos apresentar o referencial teórico tratando dos seguintes conceitos: a educação infantil como direito das crianças, a gestão democrática e formação continuada.

No Capítulo 3, apresentamos a metodologia e os procedimentos adotados. Buscamos também situar o contexto em que se deu a pesquisa, apresentado a organização da gestão educacional do Município de Belo Horizonte e assim localizando onde se dá o trabalho da referência administrativa e sua relação com os Coordenadores Pedagógicos.

No Capítulo 4, apresentamos os resultados encontrados estabelecendo uma análise dos mesmos em relação aos estudos teóricos.

Por fim, apontamos as considerações finais ressaltando a pertinência desta pesquisa e a relevância de se pensar nos processos formativos dos Coordenadores numa perspectiva mais participativa e democrática.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Educação Infantil como direito de todas as crianças

Compreender sobre o processo de surgimento das escolas de Educação Infantil, é de fundamental importância para que se entenda a função social destas instituições. A participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças nas estruturas familiares, intensificou a expansão da Educação Infantil no Brasil e no mundo. Inicialmente as instituições infantis estavam vinculadas ao atendimento às populações de baixa renda e o trabalho era de cunho assistencial. Realidade que foi se modificando com o tempo.

No Brasil, a educação pública teve início no século XX. Durante várias décadas, houveram diversas transformações: a pré-escola não tinha caráter formal, não havia professores qualificados e a mão de obra era muitas vezes formada por voluntários, que rapidamente desistiam desse trabalho (MENDONÇA, 2012).

A palavra creche, de origem francesa, e que significa manjedoura, foi utilizada para designar a primeira instituição criada pelo Padre Oberlin, na França a mais de duzentos anos, para guardar e abrigar crianças pequenas consideradas necessitadas pela sociedade da época (ABRAMOWICZ; WAJSKORP, 1995, p.9).

A partir da década de 70, ocorreu um grande aumento do número de instituições destinadas ao atendimento da infância, em todas as classes sociais. Como resultado desta grande demanda, a escola infantil foi se firmando como importante espaço educativo

Diante disso, percebeu-se a necessidade de um movimento dos órgãos governamentais para o atendimento às crianças de zero a 5 anos. Graças à Constituição de 1988, a criança foi colocada no lugar de sujeito de direitos e a Educação Infantil em creches e pré-escolas foi incluída no sistema educacional, passando a ser um dever do Estado e um direito da criança (artigo 208, inciso IV). O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, destaca também o direito da criança a este atendimento. Reafirmando essas mudanças, a Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional, Lei nº 9.394, promulgada em dezembro de 1996, as Resoluções CNE-CBE nº 01/99 e CNE nº 05/2009, que instituíram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, se complementam, passando a reconhecer o direito das crianças ao atendimento educacional em instituições públicas.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96, o termo Creche passou a corresponder ao atendimento à faixa etária de zero a três anos e o termo pré-escola, ao atendimento à faixa etária de quatro a seis anos, não se referindo, portanto, a instituições mais ou menos favorecidas. A Educação Infantil assume o status de primeira etapa da Educação Básica, determinando que os municípios sejam responsáveis por esta etapa da Educação Infantil.

A Lei Municipal nº 8679, de 11 de novembro de 2003, trata da criação das unidades de Educação Infantil, que será vinculada a uma escola municipal. Nesse sentido, a Prefeitura de Belo Horizonte, vem desenvolvendo ações e criando estratégias para o atendimento à demanda e oferta de vagas, garantindo o direito das crianças à escola, definindo critérios de acesso, com calendário de inscrição e matrícula na Educação Infantil, ampliando convênios com creches, tornando-as parceiras do município.

O Conselho Municipal de Educação, através da Resolução CME/BH nº 001/2015, art. 2º, no uso de suas atribuições legais, fixa normas para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino de Belo Horizonte,

(...) A educação infantil poderá ser oferecida em instituição educacional que atenda outros níveis de ensino ou programas sociais, garantidas as especificidades dessa etapa educativa, as condições de funcionamento das instituições e as exigências contidas nesta resolução (BELO HORIZONTE, 2015).

A Educação Infantil na capital mineira, há alguns anos, vem se destacando no cenário nacional, devido a proposta de investimento do governo em unidades para o atendimento desse público ao criar as Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI).

Muita coisa foi sendo construída desde a implantação da Educação Infantil em Belo Horizonte. Os professores foram conquistando seu espaço e direitos como professor da educação básica. Cada vez mais, a Prefeitura de Belo Horizonte se empenhava

na distribuição de vagas, procurando garantir o direito das crianças à uma escola de qualidade, tornando-se referência nacional no atendimento às crianças na rede pública. Em 2018, através da Lei 11.132/2018, garantiu-se a autonomia das Unidades Municipais de Educação Infantil – UMEIs, transformando-as em Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIs, tornando-a independentes e com autonomia.

Essa autonomia significa uma transformação na forma de gestão das escolas de educação infantil, passando a ter direção e coordenação oriunda dos professores da própria EMEI e não de escolas do ensino fundamental, às quais se vinculavam anteriormente na condição de UMEI. De acordo com as informações coletadas junto a Diretoria de Autorização e Organização Escolar – DAOR, atualmente Belo Horizonte possui 145 EMEIs, todas elas nesta condição autônoma em termos de gestão escolar. Portanto, compreende um total de 145 diretores, 145 vice-diretores e 145 coordenadoras pedagógicas geral, que passaram a atuar nestas condições desde 2019, uma vez que a conclusão do processo de autonomia se deu somente neste ano.

Ainda em 2017, buscando sempre atender um maior número de crianças e com a obrigatoriedade das crianças de 4 e 5 anos estarem matriculados nas escolas, foi feito um estudo minucioso, levando em consideração o espaço físico das instituições de Ensino Fundamental que pudessem atender também as crianças do 2º ciclo da Educação Infantil. Ficou então definido que na Regional Centro Sul, quatro Escolas Municipais de Ensino Fundamental, atenderiam também algumas crianças da Educação Infantil.

A organização da Educação Infantil em Belo Horizonte segue as orientações nacionais, definida em dois ciclos iniciais da infância – 1º ciclo: crianças de zero a dois anos e 2º ciclo: crianças de três a cinco anos.

O atendimento total da população infantil é de 76.024 crianças, sendo 49.326 nas escolas próprias (EMEIs e EMEFs) e 26.698 em creches parceiras, de acordo com dados colhidos junto à DAOR. Além disso, segundo informações coletadas no QEDu, tem-se as escolas privadas que correspondem a um total de 1291 escolas, entre

creches e pré-escolas. Nesse sentido, há uma cobertura 54.662 crianças atendidas em idade correspondente à educação infantil.

2.2 Gestão Democrática

A escola possui papel essencial no desenvolvimento pleno do ser humano. É por meio de suas interações, intervenções e propostas de ensino que se dá a construção de identidade. Entretanto cabe às instituições educativas utilizar-se do contexto social atual para promover o ensino, de modo a torná-lo significativo ao aluno, uma vez que, de acordo com as novas propostas pedagógicas, é mais fácil a assimilação do conhecimento através de elementos que sejam do convívio do educando.

Para garantir que as escolas garantam esta proximidade com o universo do aluno, um dos mecanismos criados pela legislação educacional foi a gestão democrática. Desde 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) definiu, através de seu artigo 14, que os sistemas de ensino devem se pautar na perspectiva da gestão democrática.

A gestão democrática dá-se pelo diálogo, pela troca com o outro, respeitando as especificidades, as diferenças locais e as finalidades das escolas, favorecendo a cidadania e a autonomia. Uma escola com autonomia é uma escola que educa para busca de respostas e novas formas de ler o mundo.

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 determina que a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho

Para que haja uma gestão democrática na escola, é preciso um engajamento de todos nas decisões comuns. A escola deve ser vista como um espaço onde todos estejam em prol do desenvolvimento de um trabalho que foi registrado no documento Projeto Político Pedagógico.

É importante o envolvimento de todos em uma administração democrática. Todos funcionários, mesmo aqueles que não estão ligados diretamente a função docente, devem participar na intenção de se concretizar os objetivos educacionais; os professores, são as pessoas encarregadas ao desenvolvimento das atividades-fim da escola, cabendo a eles, estimular os alunos a se interessarem e a tomarem parte nas decisões da instituição onde estão matriculados.

Neste formato de gestão escolar, é importante a participação coletiva, onde as decisões são tomadas em grupo, com um grande fortalecimento da escola externamente.

A “coordenação” do esforço de funcionários, professores, pessoal técnico-pedagógico, alunos e pais, fundamentada na participação coletiva, é de extrema relevância na instalação de uma administração democrática no interior da escola. É através dela que são fornecidas as melhores condições para que os diversos setores participem efetivamente da tomada de decisões, já que estas não se concentram mais nas mãos de uma única pessoa, mas na de grupos ou equipes representativas de todos. É necessário, entretanto, que essa representação seja realmente autêntica e que estejam sempre funcionando adequadamente os mecanismos mais eficientes de expressão das ideias e de intercâmbio das informações (PARO, 2006, p.212).

As mudanças nas legislações educacionais brasileiras, ocorridas a partir dos anos 90, principalmente após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), promoveram crescente descentralização sobre a gestão do sistema educacional e o fortalecimento da responsabilização local.

No artigo 14, a LDB define que os sistemas de ensino devem se pautar na perspectiva da gestão democrática:

Artigo 14 – os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola
II – Participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Muito se discute a importância da gestão democrática no ambiente escolar atualmente, tornando-se necessário identificar alguns aspectos que norteiam essa temática. Com as variadas demandas vindas da sociedade, os sistemas de ensino

estão enfrentando, mudanças da estrutura curricular ou da proposta política pedagógica da instituição, dentre outras adequações. Este contexto desafia os modos de atendimento escolar e ressignifica o ensino especialmente na Educação Infantil, pois é também nessa etapa da vida acadêmica, que se estimula a consciência crítica do aluno, com um processo pautado na democracia com o objetivo de aproximar a realidade em que o aluno vive do processo de ensino aprendizagem. De acordo como o que diz Paro (2006, p. 166), “o aluno não é apenas um beneficiário dos serviços a ele prestado, mas também participante de sua elaboração. Ele não apenas está presente em sala de aula, como participa das atividades desenvolvidas, pois nada acontece sem a sua participação.”

Quanto mais compreendermos os diferentes modelos da gestão democrática formulados pelo sistema de ensino, mais teremos clareza sobre seu desenvolvimento. Entendermos que a gestão escolar, pode influenciar positiva ou negativamente no processo educativo dos alunos, nos permite verificar o quão é necessário a função do coordenador pedagógico e sua equipe, desenvolvendo os princípios da gestão democrática enquanto um dos principais mecanismos criados pelo Estado brasileiro para a democratização de nossa nação.

A participação popular e a gestão democrática fazem parte da tradição das chamadas “pedagogias participativas”. Elas incidem positivamente na aprendizagem. Pode-se dizer que a participação e a autonomia compõem a própria natureza do ato pedagógico. A participação é um pressuposto da própria aprendizagem. Mas, formar para a participação é, também, formar para a cidadania, isto é, formar o cidadão para participar, com responsabilidade, do destino de seu país (GADOTTI, sd., p.1, Grifos do autor).

Uma administração escolar verdadeiramente democrática, se caracteriza pela participação, dos envolvidos direta ou indiretamente no processo escolar. Esta forma de gestão democrática não é algo pronto, é nas práxis administrativas, que se encontrarão as formas adequadas a cada situação. Porém, é certo que para uma gestão democrática acontecer, é necessário a participação de todos os setores da escola e comunidade.

2.3 O papel do Coordenador Pedagógico na perspectiva da Gestão Democrática

No contexto da gestão democrática a função dos coordenadores pedagógicos ganha novos contornos. Entender o quanto é necessário e importante o papel do coordenador pedagógico no ambiente escolar, nos remete a compreender que durante muitos anos o coordenador foi visto como disciplinário ou até mesmo como vigia nas escolas, aquela pessoa que fiscaliza os professores. Essa cultura se desenvolveu ao longo dos anos e até hoje traz resquícios de negatividade a esta área da Educação.

Dentro de todo um contexto histórico, em que se misturavam os papéis do coordenador pedagógico, com o do supervisor, o papel do coordenador vem sendo ressignificado e sua função cada vez mais, associada à formação dos professores.

Após a criação do cargo de Coordenador Pedagógico Geral no município de Belo Horizonte, através da Lei 11.132/2018, o mesmo vem buscando construir sua identidade profissional, atuando na Coordenação Pedagógica, como uma dimensão da gestão, em parceria com o diretor na instituição de Educação Infantil,¹ contribuindo na construção do currículo, assumindo responsabilidade direta na sua articulação, no acompanhamento e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem, nas relações interpessoais, relacionamento com a comunidade, recursos didáticos, entre outros. Seu foco principal deve ser o trabalho de formação, contribuindo para o aperfeiçoamento profissional de cada um dos professores, com interface no desenvolvimento educativo das crianças, portanto deve ser possuidor dos saberes docentes, adquiridos na formação acadêmica, além de saberes adquiridos através da sua experiência, fazendo uma relação dos saberes pedagógicos com os saberes específicos, necessários ao exercício da função (QUIRINO,2015).

¹ O cargo de Coordenador Pedagógico Geral, no Município de Belo Horizonte, é definido em Coordenador Pedagógico Geral 1 e Coordenador Pedagógico Geral 2. Neste trabalho estamos tratando do Coordenador Pedagógico Geral 1, que é a designação dada aos Coordenadores da Educação Infantil.

Percebe-se o espaço escolar como um espaço de convivência e negociação na elaboração de um projeto pedagógico que atenda as demandas da comunidade. Porém o Coordenador Pedagógico, em sua prática, precisa identificar as particularidades da escola onde atua, garantindo o desenvolvimento de um trabalho de acordo com a política proposta pela SMED. O papel do coordenador é de suma importância na escola para o desenvolvimento desse processo ensino aprendizagem e sob uma perspectiva da gestão democrática a fim de envolver toda comunidade escolar, valorizando a contribuição de todos. As Proposições Curriculares, que tratam das especificidades da Educação Infantil, como etapa da Educação Básica, afirma, porém que é preciso construir práticas específicas na construção da identidade da Educação Infantil:

A gestão democrática, comprometida com a gestão de política pública e os papéis e funções de cada um privilegiam a participação do coletivo nas decisões, com fidelidade aos princípios éticos, pedagógicos, administrativos e legais. Ela se concretiza, entre outros fatores, na consolidação da PPP, na organização dos tempos, espaços e materiais, na parceria com as famílias e crianças, na formação continuada dos professores e educadores (BRASIL, 2014, p. 21).

É sob essa perspectiva de participação que deve se servir a escola nos dias atuais, formando pessoas que saibam articular, negociar, observar, avaliar, e compreender que fazem parte de um sistema tão complexo quanto o que envolve políticas públicas e que podem participar desse processo não somente como expectadores, mas como atores críticos e participativos. Esta perspectiva vem ao encontro do que Anjos (2004, p.12) conceitua como sendo a função da escola:

(...) Deve a escola formar o cidadão multicompetente, curioso, capaz de reunir e transferir recursos, conceituais e de procedimentos, que lhe permitam criar suas próprias saídas aos desafios enfrentados. A imprecisão, a mutabilidade e as incertezas do nosso tempo devem levar a escola a trabalhar com a dúvida em lugar das verdades absolutas (...).

Diante de tal complexidade e alcance da função da escola na sociedade contemporânea é notória a importância do papel do coordenador pedagógico no ambiente escolar, pois cabe à gestão, aqui entendida como composta por toda comunidade educativa, estabelecer um diálogo com o contexto social vivido e segundo Anjos (2004, s/p), "expandir a intencionalidade educativa para diversos

outros contextos, abrangendo diferentes tipos de formação necessária ao exercício pleno da cidadania”.

Entendermos, pois, que a função principal do coordenador com base no princípio da gestão democrática, vai além de apenas gerir e sim de ser um mediador com repercussões diretas no processo de ensino aprendizagem. Percebemos que este profissional deve visar uma educação de qualidade e que não se submete ao cargo de fiscal que culturalmente foi estabelecido pela história da Educação, pois sua essência foi modificada ao longo dos anos e hoje, sua função é promover em sua equipe de trabalho uma sinergia que é a boa relação/convivência entre as pessoas, para se obter um trabalho de qualidade. O papel do Coordenador Pedagógico, é algo que precisa ser conquistado, através da sua ação constante e não um projeto que se realiza do dia para a noite.

2.4 A Escola como espaço de Formação Continuada

Sabe-se que o espaço escolar, como espaço de convivência deve se constituir como um lugar de aprendizagem em uma relação recíproca entre os sujeitos e o sujeito com o conteúdo. Afirmam Longarezzi e Alves (2009), “a importância da interação dos indivíduos entre si com seus saberes e dos mesmos com outros instrumentos e outras fontes de saberes”.

Considera-se que a escola, local de trabalho do professor, é o local de formação continuada de docentes, onde a discussão sobre a prática pedagógica com seus demais membros promove novas relações e possibilita a construção de novos conhecimentos.

Dentro da escola, a função de coordenador pedagógico nem sempre é bem delimitada. Muitos acham que o profissional que exerce o cargo é um auxiliar do diretor para as questões burocráticas. Outros acreditam que cabe a ele resolver os problemas disciplinares dos alunos. E o pedagógico que está na denominação do cargo quase sempre é esquecido. Porém é essa palavra que define a tarefa do coordenador: fazer com que os professores se aprimorem na prática de sala de aula para que os alunos aprendam sempre. Para isso, ele só tem um caminho: realizar a formação continuada dos docentes da escola (ANJOS, 2004, p.13).

Na medida em que se percebe o professor como um profissional que deve sempre se aperfeiçoar, levando-o a fazer uma reflexão sobre sua prática, buscando cada vez mais o conhecimento didático, surge a necessidade de haver formação continuada. Neste momento a presença do Coordenador Pedagógico torna-se imprescindível para orientar este processo, atuando na efetivação dos saberes, contribuindo para sua atuação em sala de aula.

É na escola que se desenvolve o currículo de formação; onde as dificuldades de ensino e aprendizagem se manifestam; onde são mobilizados os saberes, as tradições, os conhecimentos científicos e pedagógicos, permeados pela prática; onde acontecem as trocas de experiências, que promovem a produção de experiências.

Os processos de formação realizados no local de trabalho dos professores, onde eles interatuam com outras pessoas, permitem, como discutido anteriormente, trocas de experiências e, por conseguinte, a melhoria das relações e a compreensão das situações-problema para sua transformação, possibilitando a construção de novas concepções teóricas e metodológicas de formação e de prática docente. Isso, de certa forma, confirma a hipótese de que é no contexto da escola que a formação pode partir de uma prática social e retornar a ela como possibilidade de transformação da realidade, fazendo da necessidade do coletivo da escola motivo para levantar as situações problema e buscar propostas de solução que transformem a realidade (LONGAREZI; ALVES, 2009, p.4).

Acreditando na escola como espaço de formação continuada, é que a SMED investe na formação das coordenadoras pedagógicas das instituições de Educação Infantil, sendo elas as instituições próprias (EMEI's e EMEF's) e Creches Parceiras, conveniadas com a PBH mediante edital de convocação.

Em 2018, o tema de estudos proposto pela SMED, passa pela Leitura e Escrita na Primeira Infância (LEPI). As referências pedagógicas² de cada regional passaram por formação sobre este tema na UFMG, que em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte, promoveu durante o ano de 2018, uma formação continuada tanto para as referências pedagógicas das 9 regionais, quanto para algumas Coordenadoras

² As Referências Pedagógicas da Educação Infantil fazem parte da equipe da educação das regionais e tem o papel de acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos nas instituições que atendem a Educação Infantil, sendo elas EMEI's, EMEF's e Creches Parceiras da PBH.

Pedagógicas das EMEIs. As Coordenadoras Pedagógicas que participaram do LEPI, foram apontadas pela SMED, que teve como critério de escolha, aquelas EMEIs que já desenvolviam algum trabalho relacionado ao tema leitura e escrita.

Após esses encontros quinzenais na UFMG, as referências pedagógicas promoviam ações e reflexões na regional, com as Coordenadoras Pedagógicas de todas as instituições de Educação Infantil e das EMEFs que atendem a primeira infância.

As Coordenadoras Pedagógicas, por sua vez, assumiram o compromisso de multiplicar tais formações para todas as professoras da Educação Infantil da sua instituição. Sendo esta, mais uma atribuição do Coordenador Pedagógico.

Além de encontros promovidos pela SMED, com o foco no pedagógico, muitas outras relações acontecem nas escolas, uma vez que outros setores também perpassam pela Educação Infantil e estão envolvidas com o desenvolvimento integral das crianças. Áreas como saúde, alimentação, assistência social, cultura, dentre outras, estão sempre em articulação com a educação.

Buscando um maior entendimento e interlocução entre estes setores, cabe a cada regional, junto com suas referências da educação infantil, promover encontros entre os setores e as coordenadoras das instituições, para um melhor entendimento sobre o funcionamento e as especificidades de cada segmento, garantindo assim, uma maior interlocução intersetorial.

Outro aspecto desafiador é a essência intersetorial da Educação Infantil. Articular as áreas da saúde, alimentação e nutrição, assistência social, políticas sociais, cultura, esportes e educação é fator primordial quando se trabalha com a primeira infância. A compreensão e a efetivação do trabalho educacional que busca proporcionar o desenvolvimento integral da criança dependem de concepções afinadas e integradas entre esses diversos setores da sociedade. Consequentemente, um atendimento de qualidade depende, essencialmente, da interlocução entre os serviços destas diversas políticas públicas que estejam voltadas para a promoção do desenvolvimento da criança (BRASIL, 2014, p.136).

Diante de tanta riqueza neste espaço escolar, que tem o Coordenador Pedagógico como mediador de todas essas manifestações, o que se espera deste profissional que atua como articulador deste espaço coletivo? Ele deve possuir a habilidade de

se comunicar eficazmente, sendo compreendido por todas as pessoas; de mobilizar a equipe escolar no sentido de aguçar ao trabalho em equipe para que seja rico e produtivo; de negociar e resolver conflitos, pois o dia a dia é sempre recheado de demandas vindas da sua equipe, assim como também de pais de alunos; habilidade de avaliar e dar retorno ao trabalho dos professores, o que promove uma valorização do que foi feito, gerando um sentimento de respeito dos docentes e assim aos poucos consolidando um trabalho em que todos percebam os avanços da escola.

Considerando a escola como espaço de formação continuada e o coordenador como mediador nesse processo de formação, vemos que a formação do coordenador fica nessa intermediação da própria secretaria de educação e das buscas e estudos que cada um que ocupa essa função busca fazer.

3 METODOLOGIA

O objetivo desta pesquisa foi fazer uma análise sobre a Formação das Coordenadoras Pedagógicas que atuam na Rede Municipal de Belo Horizonte, bem como das Coordenadores das Creches Parceiras da Rede Municipal de Belo Horizonte promovida pela DIRE-CS. Foi investigado um grupo de 30 Coordenadores Pedagógicos das EMEIs e Creches Parceiras, que desenvolvem seu fazer pedagógico a partir das orientações previstas na Lei Municipal 11.132/2018.

(...) tem como competência coordenar a gestão dos processos de ensino e aprendizagem, de avaliação escolar, de formação docente, de educação em tempo integral, de inclusão escolar de estudantes com deficiência e de educação para a cidadania e culturas, desenvolvidas na unidade escolar, em consonância com os princípios da Política Educacional do Município. (BELO HORIZONTE, 2018).

As mesmas foram entrevistadas com a intenção de averiguar como veem as formações continuadas propostas pela DIRE-CS e se os temas das formações atendem às demandas das suas instituições. O estudo se pautou em uma abordagem quantitativa por meio de revisão bibliográfica, levantamento documental e como instrumento de coleta de dados foi realizado questionário. Tal questionário foi aplicado em umas das formações periódicas na DIRE-CS, no mês de agosto de 2019.

3.1 Dos instrumentos metodológicos

Desde 2018, a orientação da GCEDI, e que nas formações das Coordenadoras, neste mesmo ano, fossem feitos os repasses dos temas estudados na UFMG, tendo a Leitura e Escrita na Primeira Infância (LEPI), como foco principal. Ao final de 2018, foi enviado via e-mail, um questionário para que as Coordenadoras Pedagógicas pudessem dar um retorno sobre o trabalho que vinha sendo desenvolvido em cada instituição onde atuavam, após as discussões feitas nas Formações promovidas pela DIRE-CS. Neste mesmo questionário foi proporcionado a elas um espaço para que pudessem registrar suas sugestões sobre as próximas formações da DIRE-CS em 2019. A partir de então, foi possível perceber que as instituições demandavam

outras questões além dos temas abordados pelas referências pedagógicas da regional Centro Sul.

Em 2019, os estudos sobre Leitura e Escrita continuaram, porém na dinâmica das formações promovidas pela DIRE-CS, foram inseridas algumas das demandas apontadas pelas Coordenadoras Pedagógicas, dentre elas os relatos de experiências, dando mais visibilidade às instituições.

A fim de fazer uma análise entre o que é discutido teoricamente e como acontecem as formações dos Coordenadores Pedagógicos nas DIREs, fiz um levantamento de dados sobre os temas abordados nas formações de coordenadores da rede municipal nos últimos 2 anos na DIRE-CS.

Para alcançar o objetivo de compreender como as coordenadoras veem as formações continuadas propostas pela DIRE-CS e se os temas das formações atendem às demandas das suas instituições, em agosto de 2019, em uma das formações quinzenais, foi entregue novo questionário, desta vez impresso e com mais questões referentes aos temas de estudo abordados pela DIRE-CS. Através deste questionário, tivemos a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre o perfil de cada Coordenadora Pedagógica, no que diz respeito à sua formação profissional, suas buscas por formação continuada, além de questões referentes aos temas abordados e o levantamento de estudos que julgavam importantes de serem aprofundados nas instituições onde atuam.

O questionário que foi respondido pelas atuais coordenadoras das EMEI's, EMEF's que atendem a educação infantil e das Creches Parceiras da DIRE-CS, onde tiveram a oportunidade de opinar sobre as formações em serviço. A opção pelo uso do questionário, como instrumento de coleta de opiniões, se deu pelas seguintes vantagens: aplicado a um grande número de pessoas simultaneamente (minha pesquisa contou com 40 questionários, porém foram respondidos por 30 Coordenadoras Pedagógicas); garantir o anonimato, em geral as pessoas têm mais confiança no anonimato de um questionário; permite ao entrevistando pensar na resposta às questões.

O questionário contou com 27 questões, conforme podemos ver no ANEXO 1.

As questões foram agrupadas em 3 dimensões, identificando os dados pessoais dos entrevistados, informações sobre a vida profissional e as formações promovidas pela DIRE-CS em 2018. Além destas dimensões apontadas foi possível verificar o entendimento de cada uma delas sobre a formação continuada e suas expectativas sobre novos temas a serem abordados.

Na apresentação do questionário, esclareci sobre a intenção de se fazer tal pesquisa, garantindo o anonimato e deixando-as livres para responderem ou não. As Coordenadoras Pedagógicas presentes se dispuseram a responder imediatamente, apesar de algumas delas deixarem uma ou outra questão sem resposta. Ao recolher os questionários garanti a elas que, após a análise dos dados seria dado um retorno sobre o levantamento feito.

E por fim, para analisar os dados, organizamos em gráficos e buscamos relacionar as informações emitidas pelas professoras com as análises teóricas, conforme exposto no Capítulo 04.

3.2 A organização da gestão da educação em Belo Horizonte – SMED e sua descentralização em gerências regionais

A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, sede do poder executivo do município dividida em secretarias, a saber: assistência social, segurança alimentar e cidadania; assuntos institucionais e comunicação social; controladoria geral do município; cultura; desenvolvimento econômico; esporte e lazer; fazenda; governo; meio ambiente; obras e infraestrutura; planejamento; política urbana; procuradoria geral do município; saúde; segurança e prevenção; educação.

A Lei 11.065/ 2017 estabelece a estrutura orgânica da administração pública. De acordo com o artigo 16, foram propostas nove diretorias regionais com a intenção de descentralizar as políticas públicas do Município, sendo que cada uma delas é subordinada diretamente ao Gabinete do Prefeito.

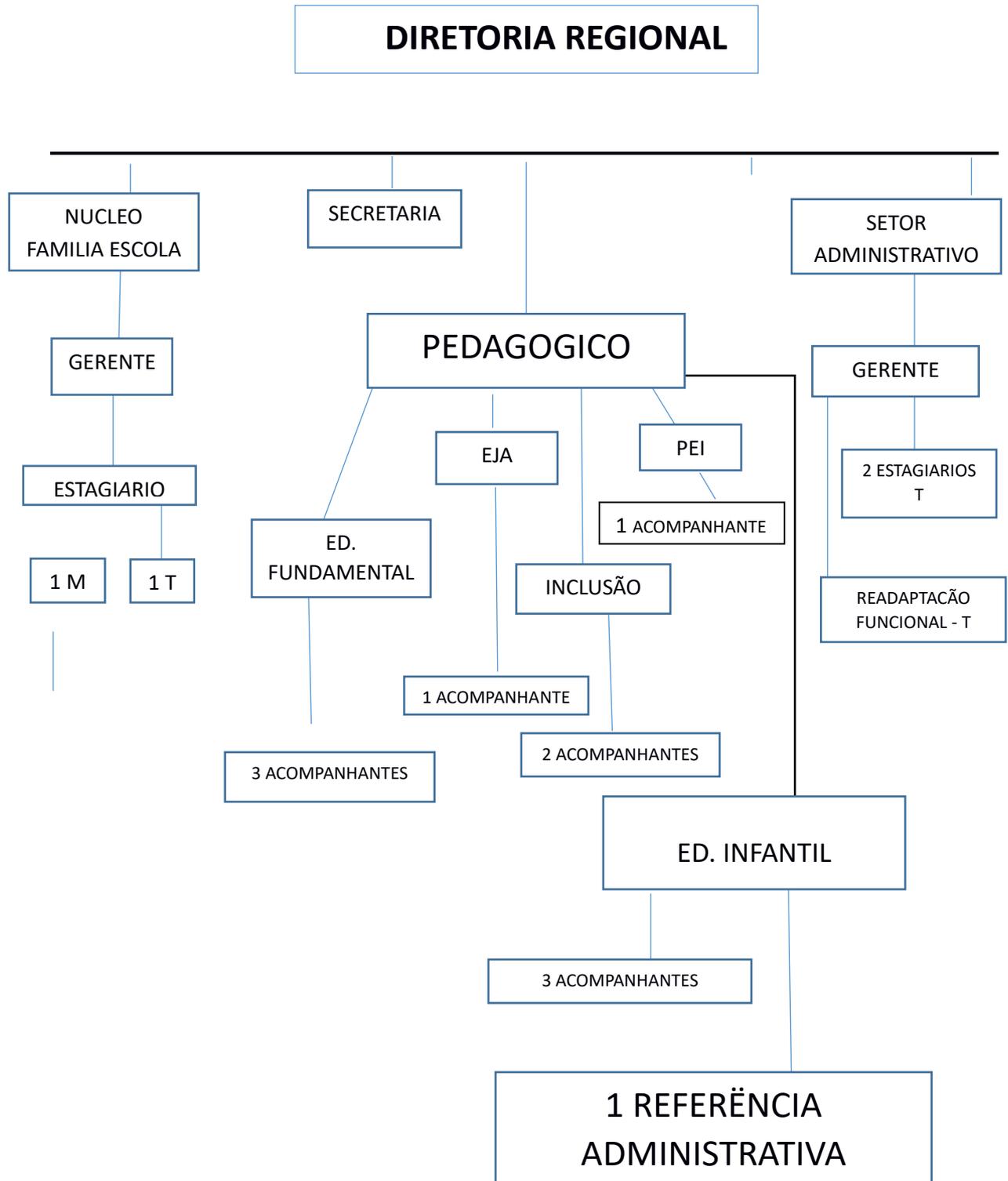
Para fins de coordenação e implementação dos planos e programas relativos à política pública a cargo do Município, funcionário nove Coordenadorias de Atendimento Regional, com competências, em suas respectivas circunscrições, de apoiar as secretarias municipais na implementação das políticas públicas relativas a saúde, educação, abastecimento alimentar, serviços sociais, cultura, esportes, controle urbano e ambiental, limpeza urbana, patrimonial, manutenção e obras (BELO HORIZONTE, 2017).

A SMED, órgão responsável pela política educacional da PBH, atende ao público de crianças e jovens, conforme determina a Constituição Brasileira e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 9394/96, alunos da Educação Infantil (0 a 5 anos) e do Fundamental (6 a 14). Fazem parte também do público das escolas municipais, estudantes da Educação de Jovens e Adultos. Esta gestão visa garantir vaga aos estudantes, além de oferecer educação de qualidade para as crianças, adolescentes e adultos que frequentam as salas de aula. A Secretaria tem promovido uma série de ações que visam incentivar a formação continuada e as boas práticas dos professores e demais profissionais que atuam na Rede Municipal.

Fazer parte da equipe de acompanhamento da Regional Centro-Sul, é ter a oportunidade de ampliar nossos olhares para a Educação, para além da sala de aula. A Gerência denominada Gerência de Coordenação da Educação Infantil (GCEDI) que integra a SMED (Secretaria Municipal da Educação Infantil), estabeleceu como um de seus princípios, o comprometimento em realizar formações em serviço, às equipes regionais, capacitando-as para o acompanhamento pedagógico nas escolas. Participamos de reuniões que tratam da política da Educação, cursos e formações, quando tivemos a oportunidade de estudar os documentos orientadores da política e da prática pedagógica, tendo sempre os alunos como foco das nossas ações. A cada formação finalizada, temos como uma de nossas atribuições o repasse dos temas estudados, promovendo capacitações aos Coordenadores das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), das Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF) que atendem turmas de educação infantil e das Creches Parceiras.

Nas regionais, conforme organograma, dentro do núcleo pedagógico, os setores de atendimento da Educação, são divididos por segmentos, a saber: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Programa de Escola Integrada (PEI), Ensino Fundamental, Núcleo de Inclusão e Educação Infantil. Cada um destes segmentos tem os representantes, denominados por “referencias” que atuam nas instituições orientando nos atendimentos aos estudantes, garantindo a política da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). O segmento da Educação Infantil, hoje, é composto por 1 “referência administrativa”, que cuida dos processos de acesso ao cadastro escolar e acompanhamento de vagas ociosas nas instituições procurando garantir atendimento educacional as crianças da educação infantil e 3 acompanhantes também chamadas de “referências pedagógicas”, que tem a função de assessorar as coordenações pedagógicas nos projetos pedagógicos, além de acompanhar o trabalho de formação dos professores da rede e das creches conveniadas, no que diz respeito ao estudo sobre leitura e escrita. São dadas formações às Coordenadoras Pedagógicas a cada 15 dias, que assumem o compromisso de formar os professores.

ORGANOGRAMA REGIONAL CENTRO SUL



Em 2017, com a mudança da nova secretária de educação, houveram também alterações na estrutura da organização da gestão das instituições educacionais da rede municipal de educação, desde a SMED, até às Diretorias Regionais (DIRE). Tais mudanças vieram na expectativa de garantir uma gestão democrática, considerando as especificidades de cada escola. A Lei 11.132/2018, estabelece a autonomia das Unidades Municipais de Educação Infantil – UMEIs, transformando-as em Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIs, tornando-a independentes e com autonomia. Para garantir e sustentar tal autonomia, foram criados os cargos de Diretor de EMEI, as funções públicas de Vice-Diretor de EMEI e de Coordenador Pedagógico Geral.

É da responsabilidade dos gestores das escolas, a saber: Diretor, Vice-Diretor e Coordenador Pedagógico, o grande desafio de garantir uma gestão democrática, promovendo o desenvolvimento de uma consciência crítica, envolvimento das pessoas; participação, cooperação e autonomia, sem perder de vista as normas e diretrizes da SMED e a qualidade da educação.

Afirma Gadotti (1992, p.7) que:

no Brasil, o tema da gestão democrática da escola, encontra suporte na própria Constituição de 1988, que estabeleceu o princípio orientador da gestão democrática do ensino, num contexto em que ganhou força, a reivindicação dos educadores pela autonomia escolar. A Constituição trata da “democracia participativa” e cria instrumentos que possibilitam ao povo exercer o poder “diretamente” (art.1). No que se refere à educação, estabelece como princípios básicos: o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” e a “gestão democrática do ensino público” (art.206). Esses princípios podem ser considerados fundamentos constitucionais da autonomia da escola e da gestão democrática (GADOTTI, 1992, p.7).

Ao analisarmos o artigo 14 da Lei 9.939/96, que define que os sistemas de ensino público da educação básica, deverão estabelecer normas da gestão democrática sob os princípios de participação dos profissionais da educação na construção do projeto pedagógico da escola. Participar da gestão em uma escola pública, significa inteirar-se e opinar sobre os assuntos que dizem respeito à escola e decidir coletivamente os encaminhamentos cabíveis. Para tanto é necessário estabelecer

mecanismos para que seu funcionamento respeite não somente as singularidades das crianças, como também proporcionar uma gestão que envolva toda comunidade escolar, adequando assim ao que rege na lei citada. Isso exige um aprendizado, ao mesmo tempo, político e organizacional.

Atualmente as equipes de apoio pedagógicos das DIRE's, capacitam as coordenações pedagógicas, no que diz respeito ao estudo sobre leitura e escrita. As formações dadas às coordenadores acontecem a cada 15 dias, que assumem então, o compromisso de formar os professores de suas respectivas instituições, atendendo ao art. 32, parágrafo 2º da Resolução do CME 001/2015, que diz "é de responsabilidade das mantenedoras e dirigentes das instituições de educação infantil a orientação, o acompanhamento e a formação continuada dos profissionais que compõem o quadro básico da instituição".

Após todos os estudos e levantamento feitos, percebe-se que as Coordenadoras Pedagógicas das EMEIs, apesar de trabalharem na Educação Infantil na Rede Municipal de Belo Horizonte no período entre 6 a 10 anos, a grande maioria delas assumiu o cargo de Coordenador Pedagógico após a Lei 11.132/2018, que trata da autonomia das EMEIs e cria o cargo de Coordenador Pedagógico Geral, com remuneração. Tal fato não se percebe nas Creches Parceiras, cujas Coordenadoras Pedagógicas já atuam na instituição por um tempo maior, com uma média de 5 a 10 anos. Ainda sobre assumirem a papel da Coordenação Pedagógica, percebe-se que poucas delas atuaram como Coordenação Pedagógica em mais de uma instituição, sendo a primeira experiência neste cargo.

As Coordenadoras Pedagógicas entrevistadas percebem a importância do seu papel na instituição, garantindo a gestão do tempo, das pessoas, dos recursos e dos processos educativos. Reconhecem a necessidade de estudos e afirmam as diversas possibilidades de aprendizado nesta função.

Considerando as atribuições do Coordenador Pedagógico apontadas pelas entrevistadas, é preciso refletir sobre os temas abordados na DIRE-CS, que sempre perpassam pelo pedagógico. É necessário equilíbrio entre formação para si mesmo

que são conhecimento próprio e formação para promover a formação dos professores na escola.

Mesmo cientes do seu papel de formador, previsto na Lei 11.132/2018, art.14, no questionário, afirmam que o maior desafio deste profissional é a formação em serviço, alinhando as Propostas da Educação Infantil. Buscam por formação em outros espaços, porém apenas 5 delas reconhecem as formações oferecidas pela DIRE-CS como um momento de formação continuada.

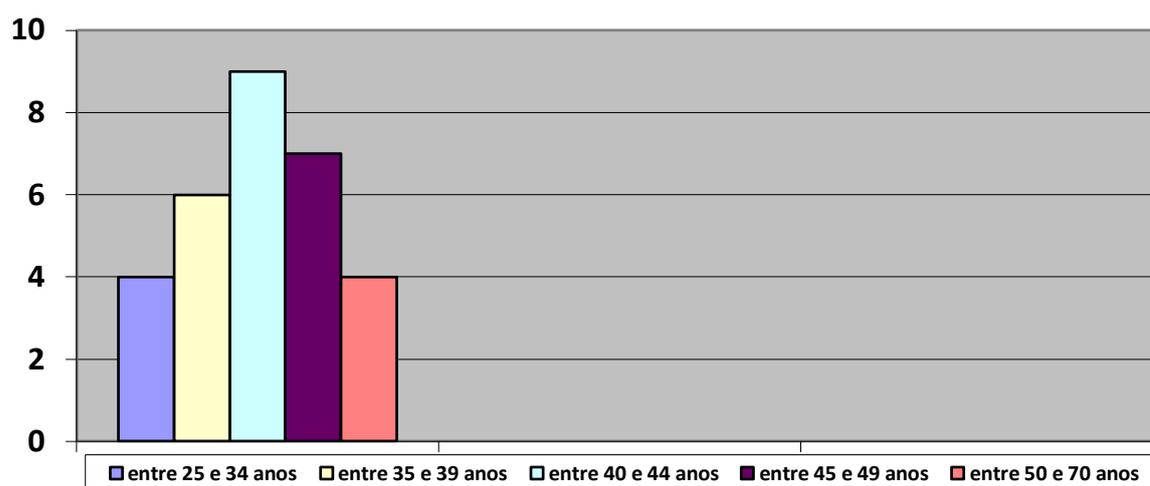
4 ANÁLISE DE DADOS

4.1 Quem são as Coordenadoras Pedagógicas?

Das 11 EMEIs, 25 Creches Parceiras e 4 EMEFs, que pertencem à Regional Centro Sul, 30 coordenadoras participaram da pesquisa.

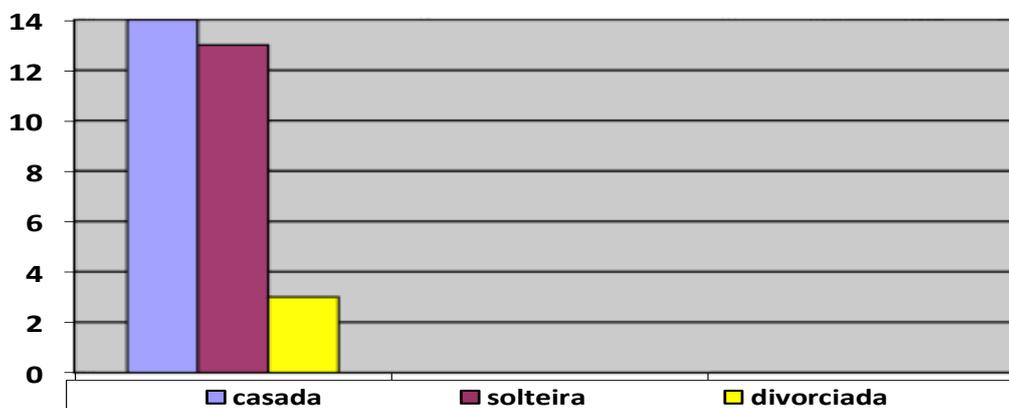
A entrevista foi feita por meio de questionário, em uma das Formações promovidas pela DIRE-CS.

Gráfico 1: Faixa de idade das Coordenadores Pedagógicas



Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

A faixa de idade das Coordenador Pedagógicas entrevistadas, encontra-se entre os 40 e 44 anos, num total de 9 pessoas.

Gráfico 2: Estado civil das Coordenadoras Pedagógicas

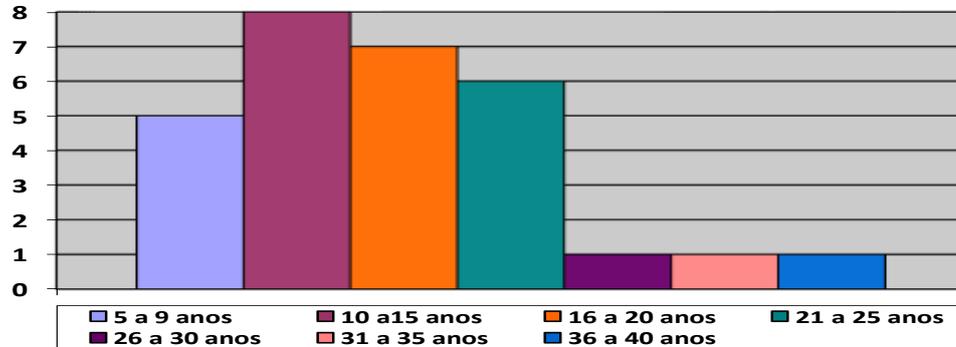
Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

Dentre as Coordenadoras Pedagógicas entrevistadas, na condição de casada são um total de 14, solteira 13, divorciada são 3 e nenhuma delas se declarou viúva.

4.2 Histórico profissional do Coordenador Pedagógico

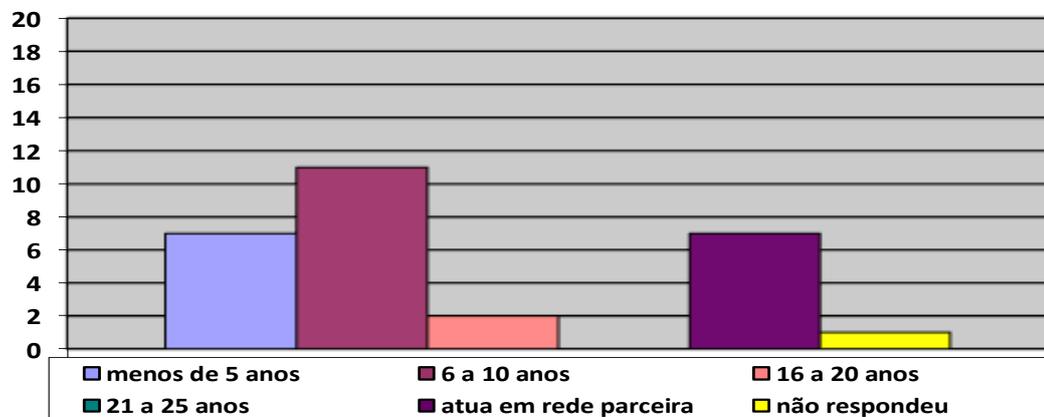
O Coordenador Pedagógico, no caso das instituições da Rede Municipal de Belo Horizonte, deve ser, obrigatoriamente integrante da carreira de magistério e ser servidor concursado. Tal função é definida em lei específica, como cargo comissionado, atuando por determinado período, possibilitando aos profissionais da educação o desempenho de diferentes funções.

Nas Creches Parceiras, para que o profissional assuma o lugar de Coordenador Pedagógico, é necessário que o mesmo tenha a formação em Pedagogia, de acordo com a Resolução 001/2015, sendo contratado pela instituição, pelo regime de CLT.

Gráfico 3: Tempo em que atuam na área da educação

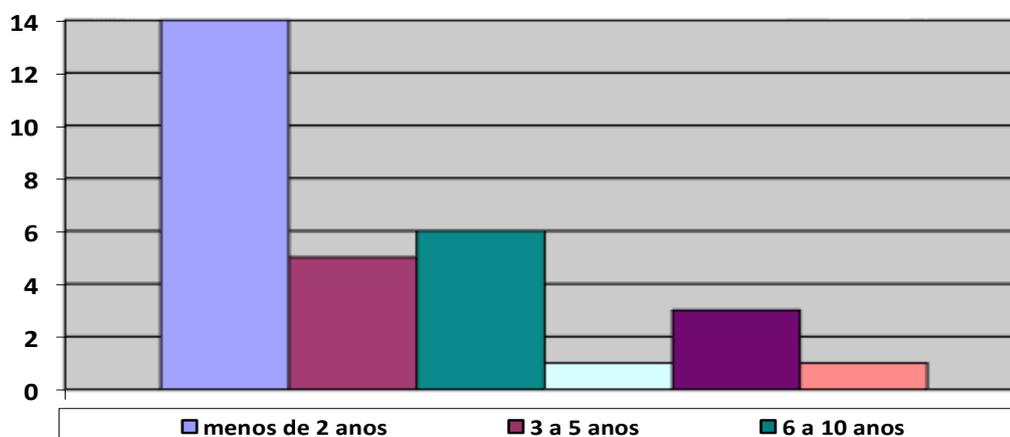
Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

Das 30 Coordenadoras Pedagógicas que responderam ao questionário, 22 atuam na rede própria (EMEI) e rede parceira, no período de 10 a 25 anos.

Gráfico 4: Há quanto tempo que atuam na Rede Municipal de Belo Horizonte

Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

Nos 16 anos da implantação da Educação Infantil na Rede Municipal de BH, as professoras da Educação Infantil que assumem o cargo de Coordenação Pedagógica, fazem parte de um grupo de professoras concursadas, que estão na EMEI entre 6 a 10 anos de trabalho na Rede Municipal (11 professoras). Das 30 Coordenadoras entrevistadas, 7 atuam nas redes parceiras, sendo assim, participaram desta entrevista, 23 Coordenadoras.

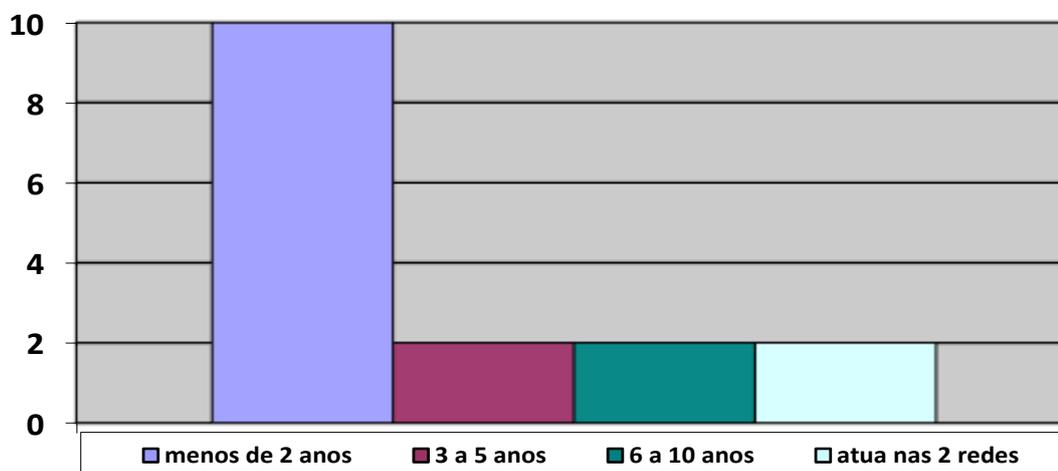
Gráfico 5: Tempo de atuação como Coordenador Pedagógico

Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

Das Coordenadoras Pedagógicas entrevistadas, 14 declararam ter assumido o cargo há menos de 2 anos. Este quantitativo está associado a Lei 11.132/2018 que cria o cargo comissionado de Diretor, Vice-Diretor e Coordenador Pedagógico, das EMEIs. O atual Coordenador Pedagógico, vem buscando construir sua identidade profissional, atuando na coordenação pedagógica, como uma dimensão da gestão, em parceria com o diretor na instituição de Educação Infantil

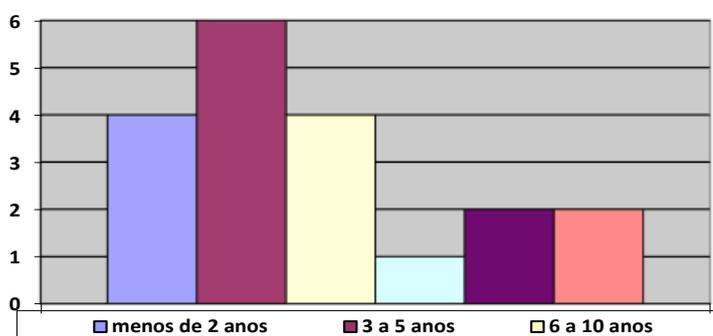
Dentre as entrevistadas, 15 declararam nunca terem atuando como gestoras em outra escola, que não as que atuam atualmente.

Gráfico 6: Atuação como Coordenadora Pedagógica na Rede Municipal de Belo Horizonte



Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

Gráfico 7: Atuação como Coordenadora Pedagógica na Rede Parceira de Belo Horizonte



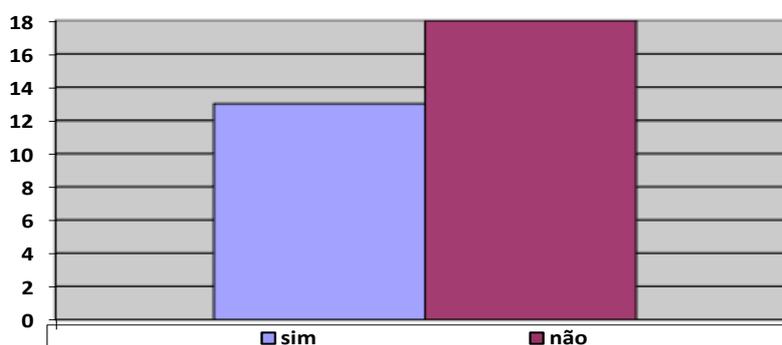
Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

Ao trazer à tona, o tempo de coordenação entre tipos de rede, identificamos que 10 entrevistadas atuam há menos de 2 anos como Coordenadora da Rede Municipal de Belo Horizonte, confirmando as questões anteriores, que tratam da experiência em gestão em outra escola. Vindo de encontro também, com o tempo em que assumiram o cargo de Coordenação Pedagógica, de acordo com a Lei 11.132/2018.

Ao contrário das Coordenadoras Pedagógicas em atuação na rede própria, as Coordenadoras Pedagógicas das Creches Parceiras, já atuam há mais tempo

nestas instituições, dentre 3 a 5 anos, algumas delas já atuando até por 10 anos. Isso acontece devido ao Convênio com a PBH, onde a permanência ou troca da equipe gestora das creches parceiras não está vinculada ao Plano de Trabalho que as Creches devem apresentar à PBH periodicamente.

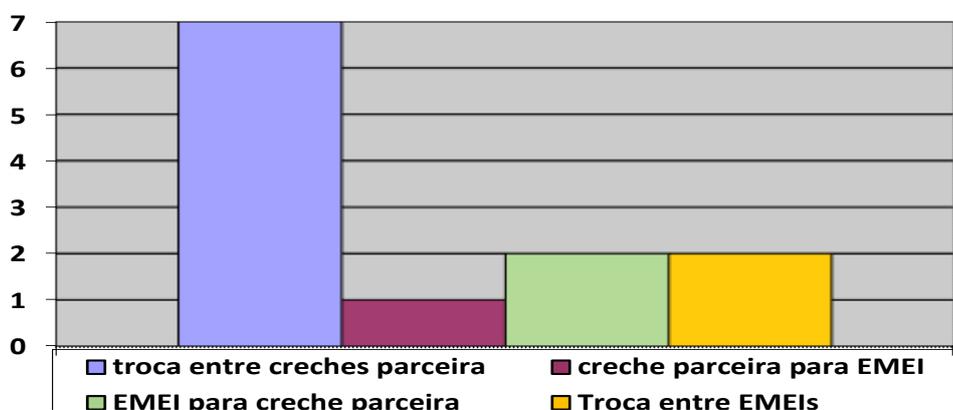
Gráfico 8: Trabalho em outra instituição da Rede Municipal de Belo Horizonte ou na Rede Parceira



Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

Das Coordenadoras Pedagógicas entrevistadas, 18 declaram ser a única instituição vinculada ao Município de Belo Horizonte (EMEI ou Creche Parceira), que já trabalharam e 13 delas já trabalharam em outra instituição.

Gráfico 9: Troca entre instituições



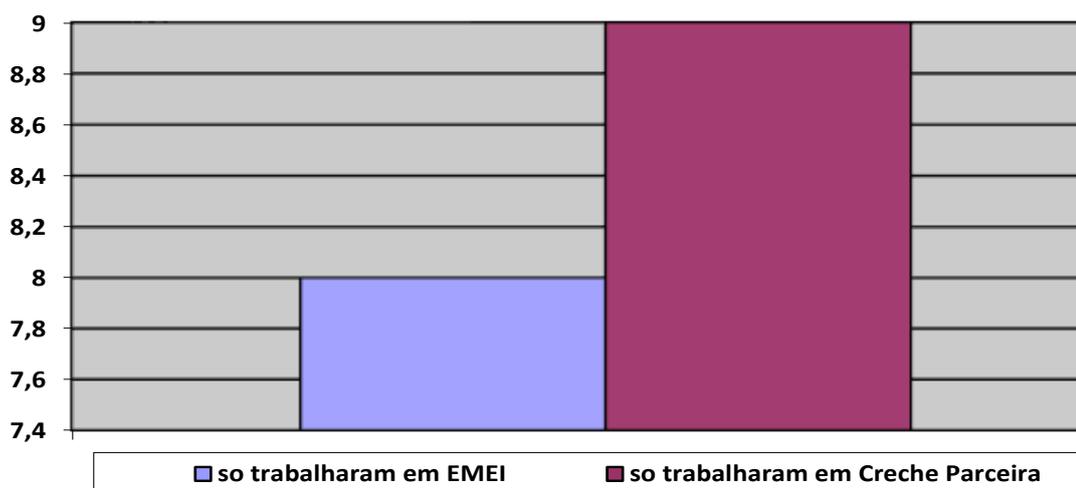
Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

Dentre as respostas analisadas, percebe-se que 12 dos entrevistados que informaram

terem trabalhado em outra instituição, a maioria são as que trabalham em creches parceiras e que anteriormente trabalharam em outra creche (7 deles). Essas trocas entre Creches Parceiras acontecem uma vez que as instituições são próximas umas das outras (pertencem à mesma comunidade) e as professoras acabam se conhecendo, com isso, as trocas entre instituições parceiras acontecem mais facilmente.

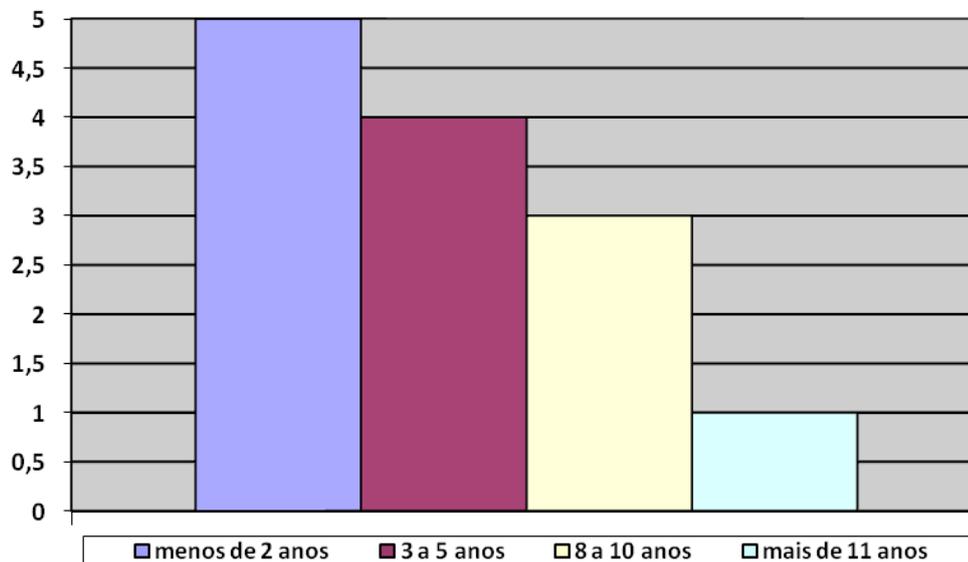
Houveram aquelas que declararam troca entre EMEIs (2), pela possibilidade de transferência entre instituições da Rede Municipal. As outras que migraram de EMEI para creche (2) e ainda aquelas que saíram das Creches para EMEI(1).

Gráfico 10: Não trabalhou em nenhuma outra instituição



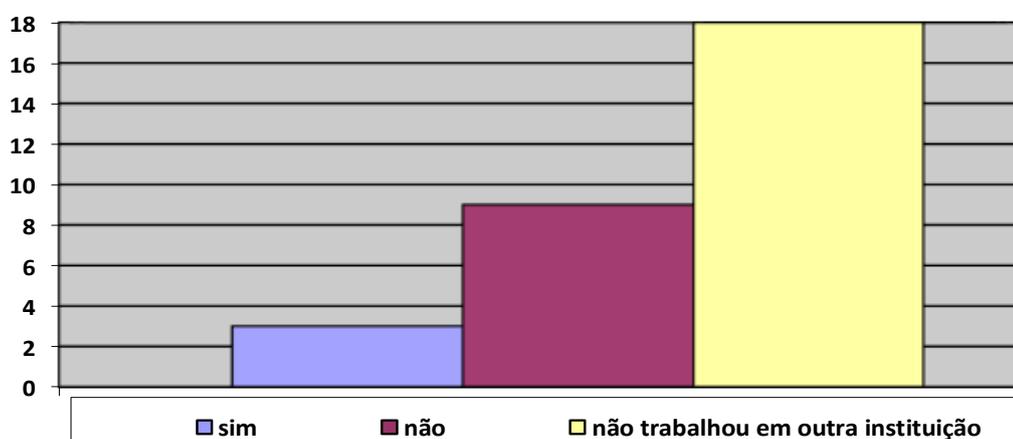
Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

Dos 30 entrevistados, 17 declararam não terem trabalhado em outra instituição anteriormente, sendo o quantitativo é de 9 para aqueles que só trabalharam na Rede Municipal de Belo Horizonte (EMEI) e 8 para aqueles que trabalharam somente na rede parceira.

Gráfico 11: Tempo de trabalho em outra instituição

Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

Das 13 entrevistadas que informaram terem trabalhado em outra instituição, 4 delas declararam terem trabalhado por um período máximo 5 anos em outra instituição. Apenas 1 declarou ter trabalhado por 13 anos em outra instituição, 5 delas informaram terem trabalhado menos de 2 anos e 3 trabalharam entre 8 e 10 anos em outra instituição. Confirmando assim, as diversas oportunidades de trocas entre instituições, sejam elas parceiras ou da própria rede.

Gráfico 12: Cargo de Coordenação em outra instituição

Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

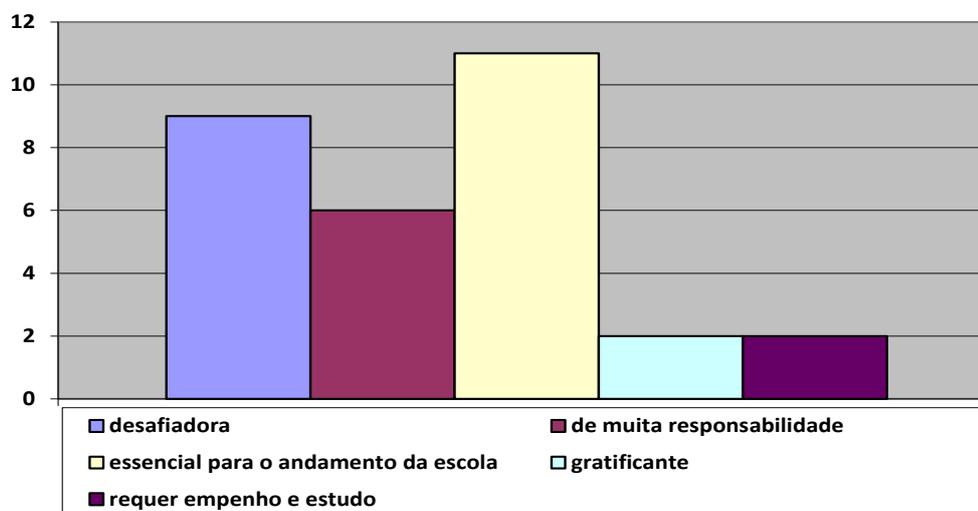
Destas Coordenadoras Pedagógicas que trabalharam em outra instituição, somente 3 já atuaram como Coordenadora Pedagógica, 9 delas não atuaram como Coordenadora Pedagógica e 18 informaram não terem trabalhado em outra instituição.

Com a mudança da Secretária de Educação e conseqüentemente com a nova proposta de organização das EMEIs, tornando-as autônomas, foi criado o cargo de Coordenador Pedagógico. Para este cargo foi atribuído um percentual em valor a ser acrescentado no pagamento, o que motivou os professores a ocuparem este lugar, atuando em parceria com a direção e vice direção da instituição.

4.3 O Papel do Coordenador Pedagógico do ponto de vista da Coordenação

O Coordenador Pedagógico diante da nova proposta da Prefeitura de Belo Horizonte, definida na Lei 11.132/2018, vem procurando construir sua identidade profissional desconstruindo a imagem de fiscalizador. Torna-se evidente hoje, que o papel do coordenador é de suma importância na escola contribuindo para o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem

Gráfico 13: Função do Coordenador Pedagógico

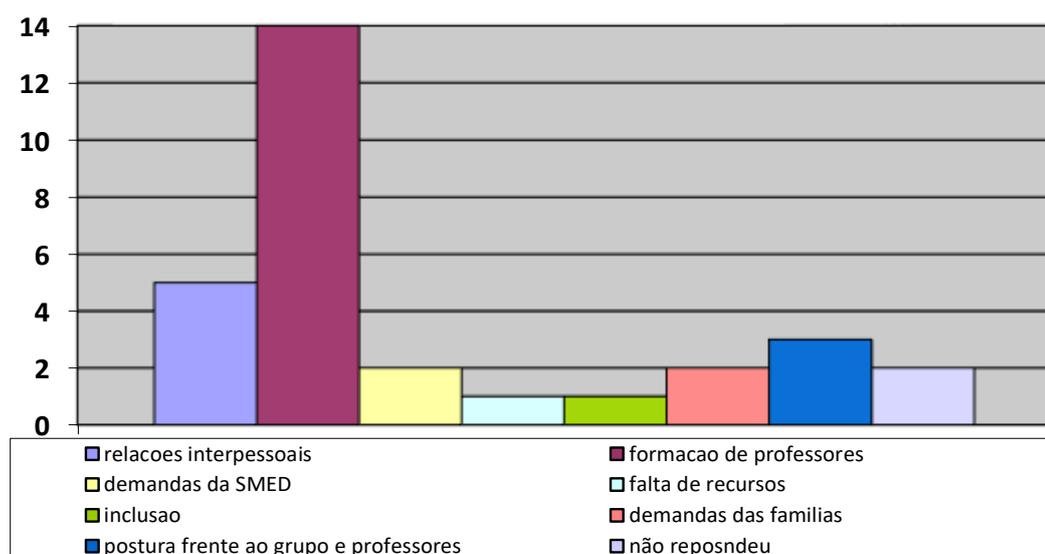


Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

Dentre as 30 Coordenadoras entrevistadas sobre o que pensam da função de coordenação em uma escola, 9 afirmam ser uma função desafiadora, 6 acreditam ser uma atribuição de muita responsabilidade, um profissional necessário para o andamento da escola, 2 declaram ser uma experiência importante e gratificante e 2 declaram que requer empenho e estudo e ao exercerem essa função aprendem muito ocupando esta função.

A maioria das entrevistadas (11) reconhece a função como essencial para o bom funcionamento da escola, pois tem como uma das atribuições, a gestão do tempo, pessoas e recursos, acompanhando os processos de ensino e aprendizagem indo de encontro com o que afirma Quirino (2015).

Gráfico 14: Desafios do Coordenador Pedagógico



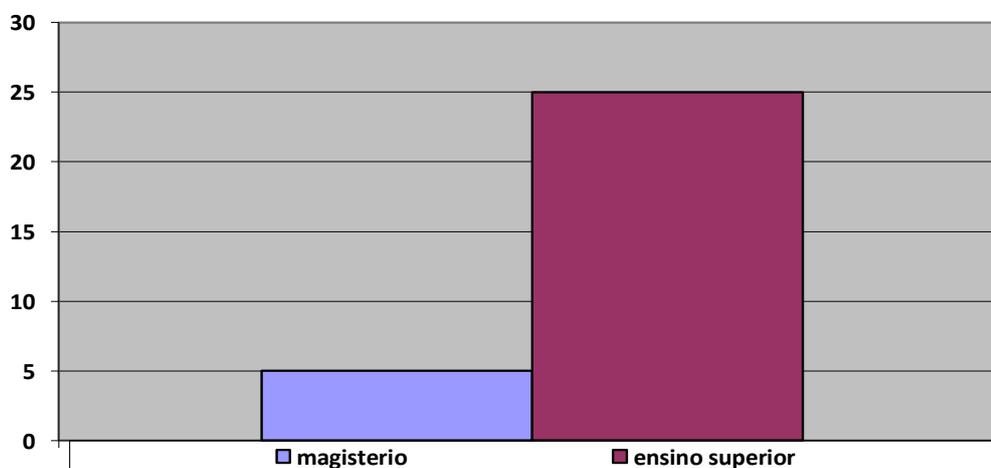
Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

Promover a formação em serviço aos professores, procurando alinhar com a proposta da Educação Infantil da Rede Municipal de BH, é o maior desafio das Coordenadoras, considerado por 14 das entrevistadas. A formação continuada está relacionada ao desenvolvimento do professor que tem o direito de atualizar-se permanentemente, para um bom desempenho de seu trabalho.

As relações interpessoais, procurando garantir uma boa convivência entre o grupo de professoras e destas com as famílias, foi considerado também um grande desafio para as Coordenadoras Pedagógicas, sendo que 1 delas aponta uma necessidade de maior reconhecimento do trabalho da Educação Infantil por parte dos profissionais do Ensino Fundamental.

Algumas das entrevistadas (3) declararam dificuldades em manter uma postura de gestora frente ao grupo de professoras, uma vez que antes de assumir este cargo, atuavam como professora. A inclusão e a falta de recursos foram apontadas por apenas 2 pessoas, sendo uma delas para cada um destes itens. Quanto ao atendimento às demandas da família, 2 delas acreditam ser este o maior desafio, sendo que 1 delas informa que esta dificuldade se faz com relação ao entendimento sobre a demanda de vagas.

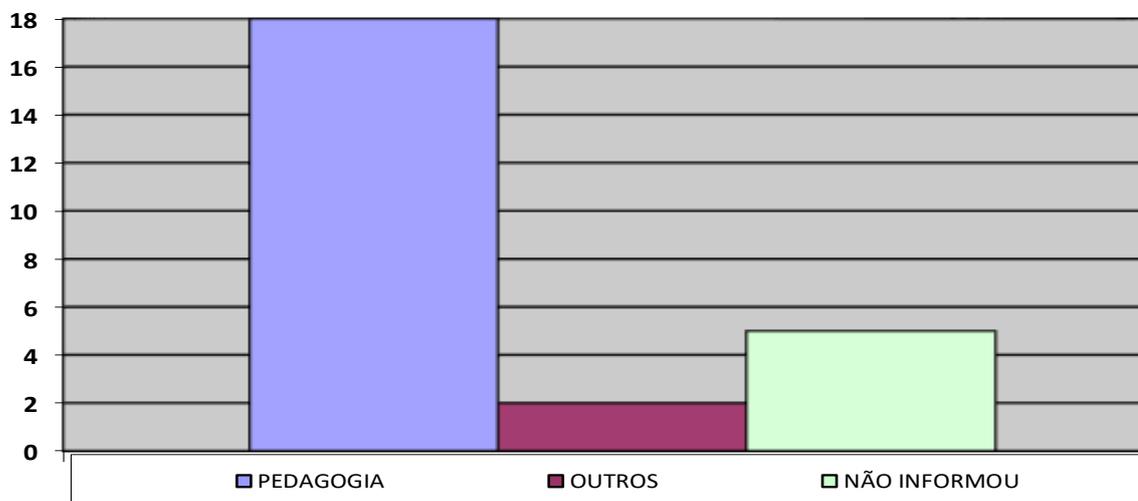
Gráfico 15: Formação Inicial do Coordenador Pedagógico



Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

Dentre as Coordenadoras Pedagógicas entrevistadas, a grande maioria delas (25) tem formação em algum curso superior, sendo que as outras têm formação apenas em magistério (5).

Para ocupar o cargo de Coordenação Pedagógica, é necessário que os docentes sejam competentes, sua formação deve torná-los capazes de criar novos ambientes de aprendizagem e que estabeleçam relações de reciprocidade e interação.

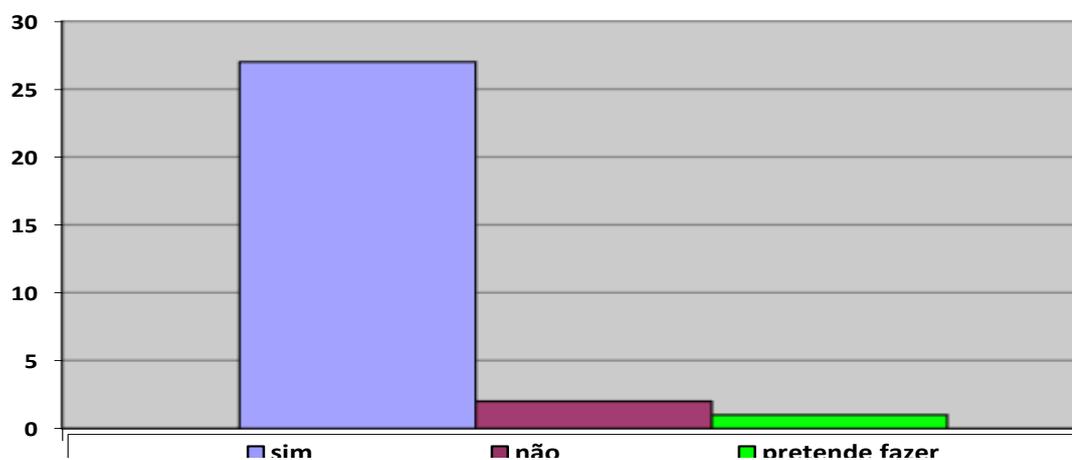
Gráfico 16: Coordenador Pedagógico com ensino superior

Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

Das Coordenadoras Pedagógicas que informaram formação em ensino superior, 18 delas têm formação em pedagogia, sendo que algumas informaram terem cursado também uma pós-graduação e 2 delas tem formação em outro curso superior.

4.4 A busca por Formação Continuada

Com as ações de formação continuada, a escola se torna um ambiente de aprendizagem para todos que a compõem. A Formação Continuada também acontece por meio de seminários, reuniões para troca de experiências, reflexões e tomadas de decisões em relação ao ensino-aprendizagem.

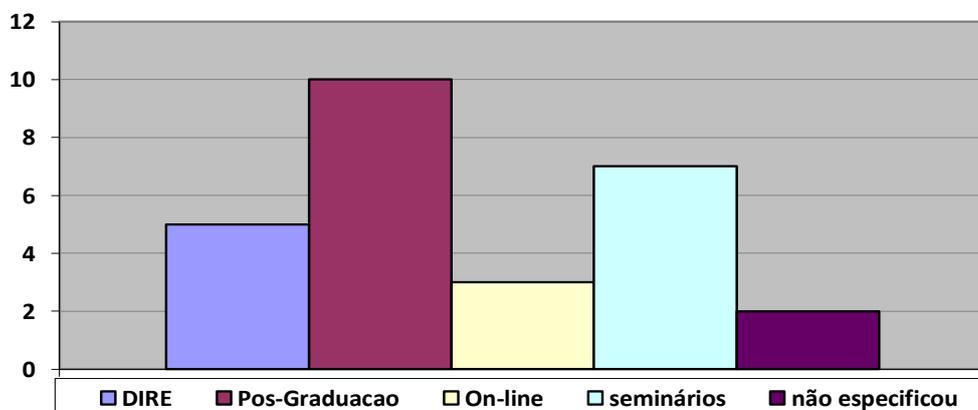
Gráfico 17: Formação Continuada

Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

Das pessoas entrevistadas, 27 delas acreditam na importância da formação continuada e afirmam estarem passando por algum tipo de formação. Aquelas que não estão fazendo tal formação, informaram interesse em fazer.

Percebe-se a necessidade da formação dos profissionais que atuam na educação, garantindo a associação entre teoria e prática, evitando-se a supervalorização ou a desvalorização de uma ou de outra.

Considerando que a escola é o ponto de encontro dos vários profissionais envolvidos na ação educativa, o desenvolvimento de programas de formação continuada e a capacitação em serviço, torna os profissionais capazes de criar novos ambientes de aprendizagem, colaborando para o desenvolvimento das crianças.

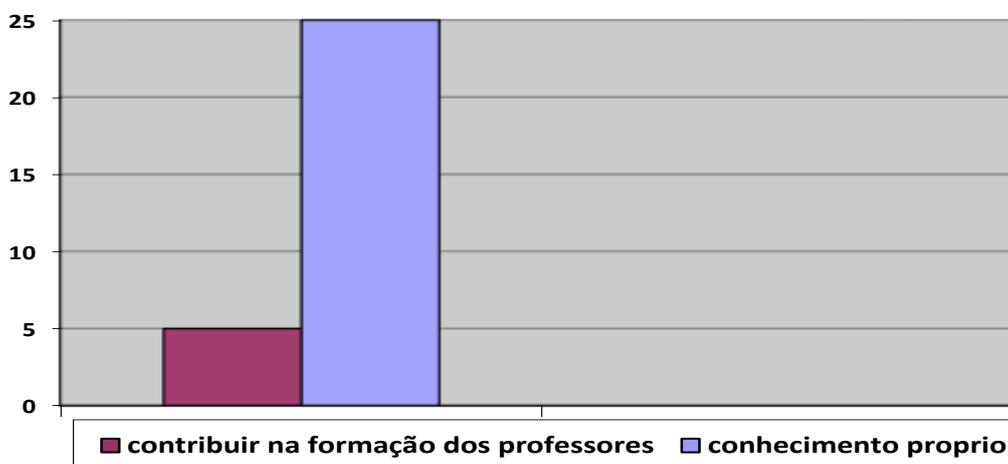
Gráfico 18: Tipo de Formação Continuada que participou

Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

Das 27 entrevistadas que informam buscarem formação continuada, apenas 5 delas consideraram as formações quinzenais propostas pela DIRE, como uma possibilidade de participar de formação continuada.

Se a formação inicial é uma exigência legal, a formação continuada é uma necessidade e um direito garantido pela LDB, art.63 e 67.

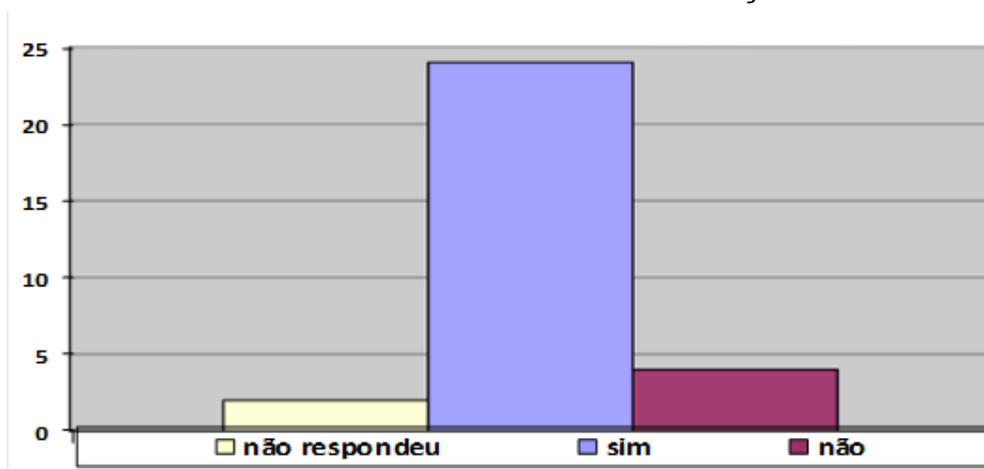
A formação continuada está relacionada ao desenvolvimento do profissional da educação, que tem direito de atualizar-se para um bom desempenho e comprometimento com seu trabalho.

Gráfico 19: Importância da Formação Continuada

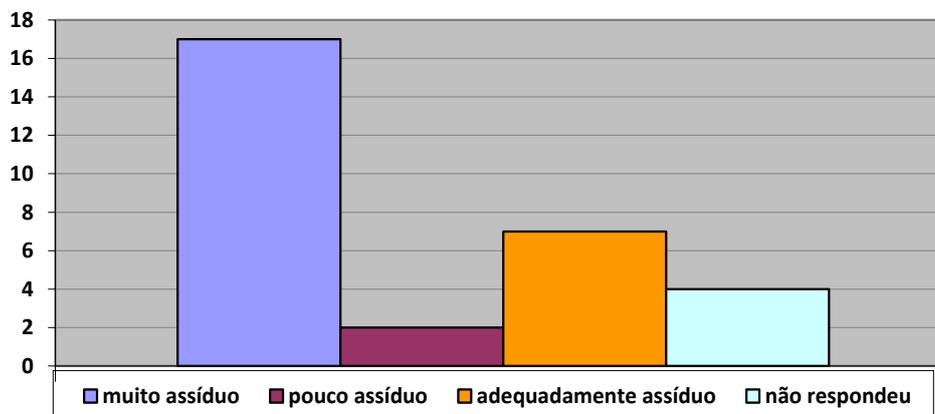
Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

Das formações continuadas que participaram, 25 consideram que os temas abordados contribuem conhecimento próprio e apenas 5 consideram que as formações pelas quais passam na DIRE-CS contribuem para a formação dos professores.

Observa-se que os temas de formações propostos pela SMED e DIREs não contemplam as necessidades de formação a ser transposta para o grupo docente das instituições. Verifica-se a importância de uma maior articulação entre as instâncias superiores, neste caso SMED e DIREs, para compreender as especificidades de cada instituição para, a partir daí, definirem os temas das formações que acontecem periodicamente nas regionais, garantindo o artigo 18 da LDB, que trata das “oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Gráfico 20: Assiduidade nas Formações da DIRE- CS

Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

Gráfico 21: Nível de assiduidade nas Formações da DIRE-CS

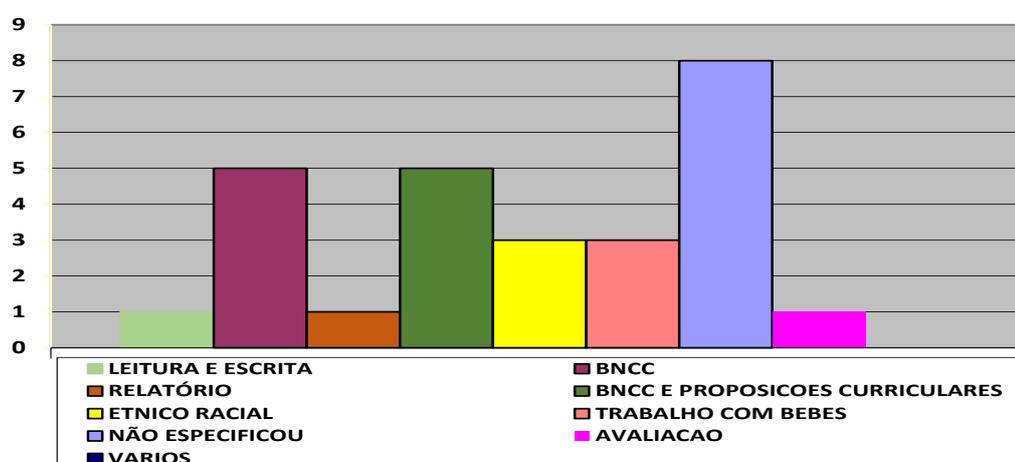
Fonte: Dados de pesquisa, 2019.

Das entrevistadas que se dizem assíduas (17) nas formações promovidas pela DIRE-CS, a maioria delas afirma serem muito assíduas, o que se comprova com a assinatura da lista de presença usada em cada formação. Apenas 2 informaram serem pouco assíduas, porém não justificaram o motivo.

É importante, conscientizar os coordenadores que, sendo a escola o local de trabalho do professor a mesma torna-se, um importante local para se promover

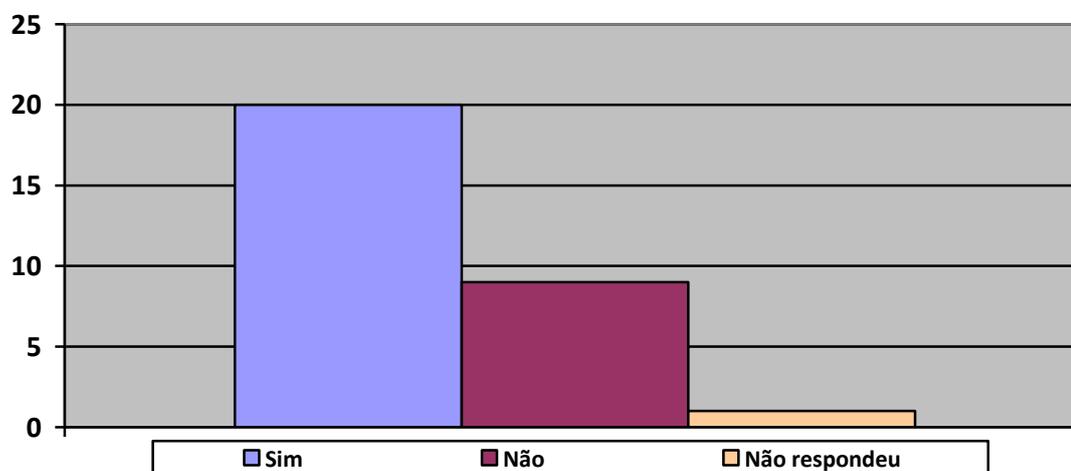
formação continuada dos docentes, onde a discussão sobre a prática pedagógica com os pares promove a construção de novos conhecimentos. Para que estejam aptos a repassarem as formações promovidas pela DIRE. Aponta-se a necessidade de as Coordenadoras reconhecerem tais formações como uma oportunidade de desenvolvimento profissional.

Gráfico 22: Temas que contribuíram para sua formação docente



Dados: Fonte de pesquisa, 2019.

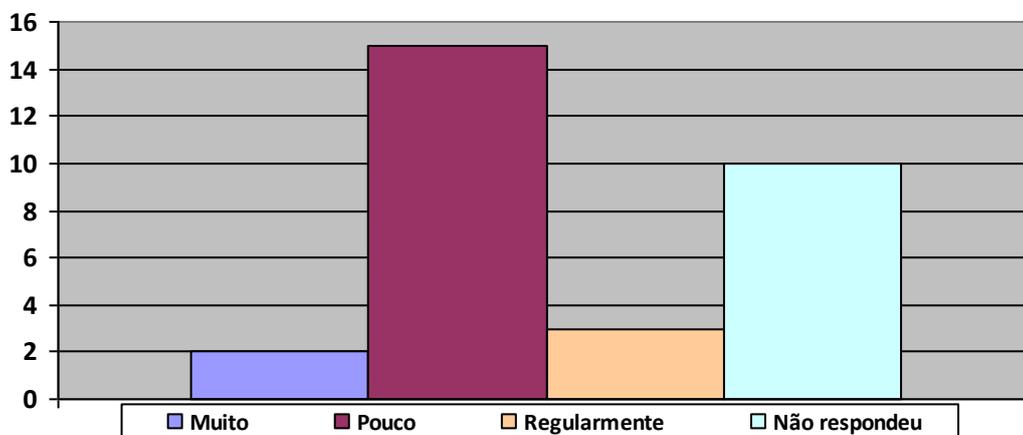
Dos vários temas abordados nas formações quinzenais promovidas pela DIRE-CS, a maioria das entrevistadas não apontou qual foi o mais relevante. No formulário de entrevista, elas descreveram vários temas abordados que julgaram serem relevantes na sua formação docente, dentre eles os documentos BNCC, Proposições Curriculares e Avaliação na Educação Infantil.

Gráfico 23: Sugestão de temas para as Formações dadas pela DIRE-CS

Dados: Fonte de pesquisa, 2019.

Ao responderem sobre a oportunidade de sugerirem temas que julgam relevantes de serem explorados nas formações de coordenadores oferecidas pela DIRE-CS, 20 das coordenadoras entrevistadas, afirmaram já terem tido a oportunidade de sugerirem um tema. Outras delas, apenas 9, informaram não terem feito tal sugestão e apenas duas não responderam este item do questionário.

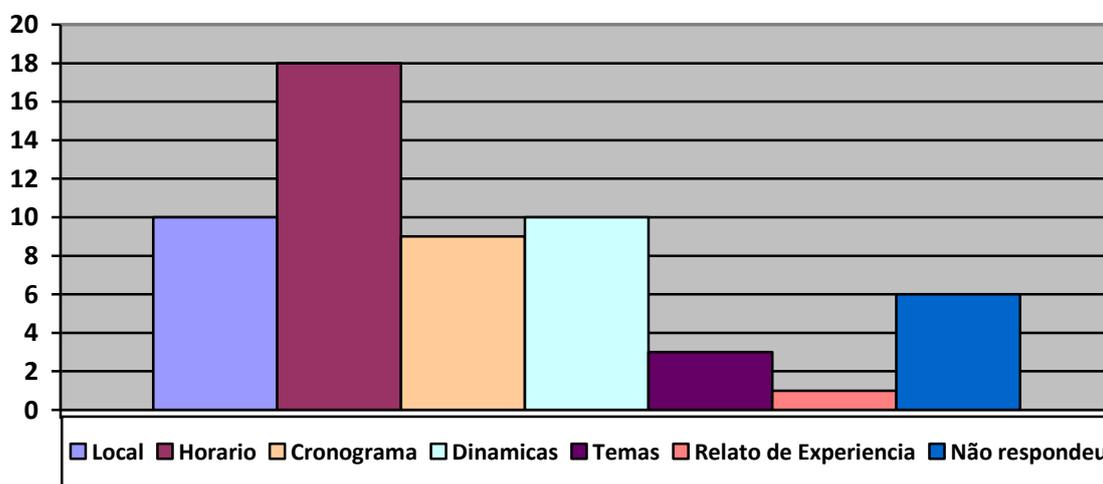
Evidenciou-se a necessidade de refletir sobre as formações dadas pela DIRE-CS, pois se a maioria delas afirma ter tido a oportunidade de sugerir um tema, como não consideram relevantes os temas abordados nas formações dos docentes como apontado no gráfico 19?

Gráfico 24: Contribuição para temas abordados nas Formações da DIRE-CS

Dados: Fonte de pesquisa, 2019.

No gráfico 23, as 20 coordenadoras que afirmaram terem tido a oportunidade de sugerir um tema para as formações promovidas pela DIRE-CS. Porém, ao serem questionadas sobre a frequência com que contribuem com a definição do tema, 15 delas disseram terem feito tal sugestão poucas vezes, o que confirma a pouca participação das coordenadoras ao definirem qual o tema a ser trabalhado nas formações continuadas propostas pela DIRE-CS.

Gráfico 25: Contribuição para a organização das Formações dadas pela DIRE-CS



Dados: Fonte de pesquisa, 2019.

Para que as Coordenadoras Pedagógicas pudessem contribuir com a organização das formações promovidas pela DIRE-CS, em 2018 foi enviado, via e-mail, um questionário onde no espaço que mencionava “Sugestões 2019”, puderam dar sua opinião com relação ao local onde acontecem as formações, o horário que melhor lhes atende, além de poderem colocar sugestões relacionadas aos temas e dinâmicas. Esse exercício foi uma novidade para as Coordenadoras, que pela primeira vez tiveram a oportunidade de registrar suas impressões sobre tais encontros quinzenais.

Neste instrumento de coletas de dados para a pesquisa, desta vez o questionário impresso, ao serem perguntadas sobre a organização das formações dadas, algumas delas afirmaram que já tiveram a oportunidade de opinar quanto ao local onde seriam feitas as formações (10 delas contribuíram com esta organização), quanto ao horário (18 delas informaram qual seria o melhor horário para se ausentarem da instituição), quanto ao cronograma das formações (9 opinaram sobre a periodicidade das formações) que acontecem quinzenalmente, 10 delas contribuíram com a dinâmica das mesmas, 3 puderam sugerir temas e apenas 1 informou ter feito relato de experiência que acontece normalmente na abertura das

formações dadas.

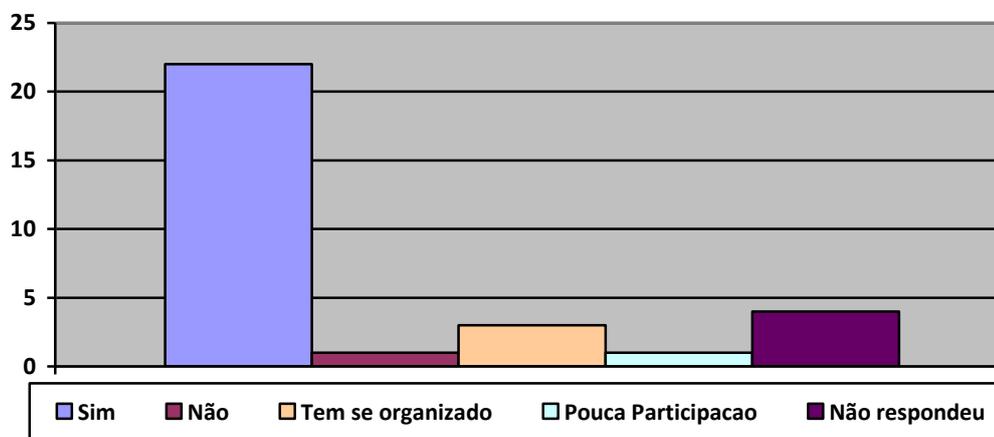
Atualmente as organizadoras das formações da DIRE-CS, tem feito as mesmas quinzenalmente dividindo o grupo de coordenadoras em 2, sendo que um grupo participa no turno da manhã e o outro grupo, no turno da tarde, horário escolhido por elas.

A participação nas decisões sobre a própria formação é um mecanismo de democratização desse espaço, tornando-o mais dialógico e participativo conforme afirma Gadotti (1992), “a participação popular incide positivamente na aprendizagem... a participação é um pressuposto da própria aprendizagem.”

A participação nos processos de formação é ainda tímida e pouco compreendida pelas coordenadoras que precisam compreender melhor a gestão democrática, que se caracteriza pela participação dos envolvidos no processo de aprendizagem. Esta forma de gestão democrática não é algo pronto, é nas práxis administrativas, que se encontrarão as formas adequadas a cada situação. Porém, é certo que para uma gestão democrática acontecer, é necessário a participação de todos

4.5 Gestão democrática nas escolas

A participação da comunidade proporciona mudanças significativas na vida das pessoas, na medida em que elas passam a se interessar trazendo possibilidades de mudanças que atendam ao interesse coletivo.

Gráfico 26: Participação da Comunidade Escolar nas decisões da instituição

Dados: Fonte de pesquisa, 2019.

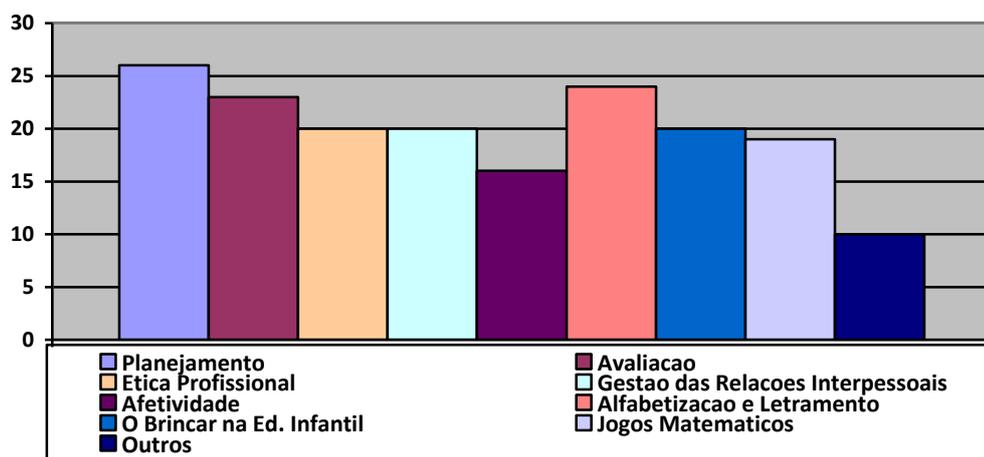
Sobre a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisão, 22 coordenadoras afirmaram que acontece gestão democrática na sua escola. Apenas 1, dentre as entrevistadas, foi incisiva ao afirmar que não acontece gestão democrática na sua escola. Percebe-se que algumas instituições têm tentado se organizar para que haja participação da comunidade nas decisões da escola e 1 coordenadora afirma pouca participação além de se queixar da ausência das famílias na escola.

A Constituição Federal estabelece a Gestão Democrática do ensino público, garantindo o direito à participação, possibilitando às pessoas, participarem de todos os segmentos da escola. A gestão democrática implica, sobretudo, na necessidade de postura democrática do gestor. Esta postura democrática se revela quando o gestor traz o coletivo escolar e a comunidade local para juntos, garantirem qualidade ao processo educativo.

Uma administração escolar verdadeiramente democrática, se caracteriza pela participação, dos envolvidos direta ou indiretamente no processo escolar. É sob essa perspectiva de participação mútua que deve se servir a escola nos dias atuais, formando pessoas que saibam articular, negociar, observar, avaliar, mas sobretudo, compreender que fazem parte de um sistema tão complexo quanto o que envolve

políticas públicas, sociais e que podem enquanto cidadãos participar desse processo não somente como expectadores, mas como atores críticos e participativos.

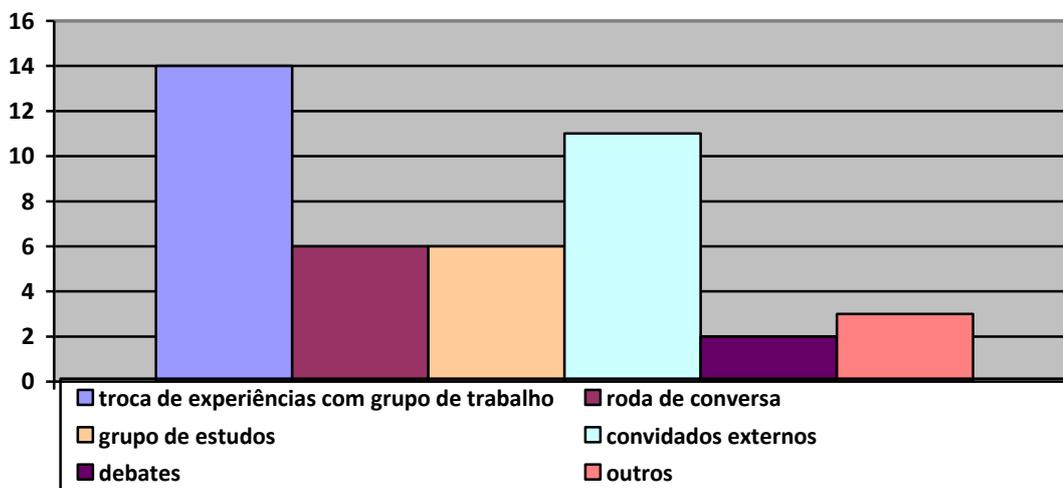
Gráfico 27: Temas relevantes na Formação de Coordenadores



Dados: Fonte de pesquisa, 2019.

No questionário aplicado, foi dada a oportunidade de sugerirem outros temas que consideram relevantes de serem abordados. Foram vários os temas apontados pelas coordenadoras, dentre eles os mais citados foram planejamento, alfabetização e letramento e avaliação.

Estes três temas fundamentam o trabalho da educação infantil, de acordo com os Parâmetros Nacionais para a Educação Infantil e as Proposições Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. A ética profissional, gestão das relações interpessoais e o brincar na educação infantil, tiveram destaque entre os outros temas sugeridos.

Gráfico 28: Organização das Formações dadas pela DIRE-CS

Dados: Fonte de pesquisa, 2019.

Foi pedido as Coordenadoras Pedagógicas que numerassem as opções de acordo com a relevância. O gráfico nos mostra apenas a ordem dos itens classificados como o primeiro no critério de relevância. O primeiro lugar, considerado o mais relevante, foi a opção “troca de experiência” considerado, por 14 entrevistadas, como o mais relevante, seguido dos “convidados externos”, com 11 pontuações na relevância. Ao mencionarem a possibilidade de trazerem convidados externos, sugeriram opções como palestras, seminários e outros tipos de formações, apontando a necessidade de trazer temas específicos da Educação Infantil, como BNCC, Gestão e Proposições Curriculares. Os itens “roda de conversa” e “grupos de estudos”, empataram com 6 pontos entrevistados cada uma. A promoção de “debates” foi o que despertou menos interesse nas entrevistadas, quando apenas 2 entrevistadas o classificaram como relevante.

As ações de formação continuada podem ser internas ou por ações extraescolares, promovendo intercambio com coordenadoras de outras instituições, ampliando possibilidades de troca e socialização de experiências, ampliando o horizonte e fortalece a sua atuação educativa.

Ao analisar as respostas dadas pela Coordenadoras Pedagógicas, percebe-se que a

necessidade de ampliar o repertório metodológico da formação continuada, não ficando restrito ao modelo tradicional de palestras, cursos, conferências.

5 CONCLUSÃO

Essa pesquisa contribui para que os gestores que cuidam da Educação Infantil possam refletir sobre o trabalho de formação continuada com as Coordenadoras Pedagógicas das instituições que atendem a Educação Infantil. O objetivo desta pesquisa foi fazer uma análise sobre a Formação das Coordenadoras Pedagógicas que atuam na Rede Municipal de Belo Horizonte, bem como das Coordenadores das Creches Parceiras da Rede Municipal de Belo Horizonte promovida pela DIRE-CS, Diretoria Regional de Educação - Centro Sul. Foi investigado um grupo de Coordenadores Pedagógicos das EMEIs e Creches Parceiras, que desenvolvem seu fazer pedagógico a partir das orientações previstas na LEI 11.132/2018.

Atualmente o termo Gestão Democrática é uma palpitante questão que vem sendo discutidas nos diversos setores da educação.

Entende-se como gestão democrática, aquela em que a participação de todos os envolvidos nos assuntos referentes a escola é de extrema importância para o bom desenvolvimento e para as boas relações dentro dos equipamentos de educação, uma vez que as decisões quando tomadas em grupo, promovem um grande fortalecimento da escola.

Ao se pensar em gestão democrática e autonomia das EMEIs, a grande questão surgiu sobre qual seria o papel do Coordenador Pedagógico, frente a esta nova política.

Através da Portaria 11.132/2018, que estabelece a autonomia das EMEIs, cria-se o cargo de Coordenador Pedagógico, que tem como uma das competências, coordenar a gestão dos processos de ensino e aprendizagem, além da formação docente.

Neste trabalho tratamos da Gestão Democrática em todos os âmbitos da educação, e mais especificamente no que diz respeito a formação dada aos Coordenadores

Pedagógicos das instituições que pertencem a Regional Centro Sul, sendo elas EMEIs, EMEFs e Creches Parceiras.

Após pesquisas e estudos, ficou claro que o Coordenador Pedagógico tem, entre tantas atribuições, a responsabilidade de cuidar da formação continuada do seu grupo docente, mas para isso, ele também precisa de desenvolver sua própria formação e ter espaço institucional que resguarde este direito.

Vimos nos resultados desta pesquisa que 14 delas não se sentem preparadas para essa função de formador, considerando que tratar da formação do grupo docente é um grande desafio.

As Coordenadoras Pedagógicas entrevistadas acreditam na importância da formação continuada e buscam aprimorar seus conhecimentos, sejam através de cursos on-line, participando de seminários ou especializações, porém não reconhecem as formações oferecidas pela DIRE-CS, como um momento de formação continuada.

Há uma grande lacuna entre os temas propostos pela DIRE-CS e as necessidades de formação apontadas pelos Coordenadores. Apesar de afirmar terem a oportunidade de participarem da organização das formações recebidas, as coordenadoras entrevistadas não acreditam que os temas abordados contribuem para a formação dos professores das instituições onde atuam.

Neste sentido, é urgente a interlocução entre a equipe pedagógica da DIRE-CS e as coordenadoras, para que reconheçam este espaço como também um momento de formação continuada e entendam que, como uma de suas atribuições, devem levar os conhecimentos adquiridos para o grupo de professores, fazendo com que tenham a oportunidade de articulação entre o trabalho coletivo e individual, a integração entre prática e teoria e a valorização dos conhecimentos adquiridos, buscando cada vez mais, clareza quanto ao ponto de chegada e partida.

Considerando a escola como local de trabalho do professor e por isso, um importante local para se promover formação continuada dos docentes, onde a

discussão sobre a prática pedagógica com os pares, promove a construção de novos conhecimentos.

Não basta apenas a formação inicial, pois esta não dá conta do trabalho multifacetado do cotidiano escolar. A formação continuada é essencial e importante, ela se constrói cotidianamente pelo exercício da docência e do trabalho na escola.

REFERÊNCIAS

ANJOS. S/D. O papel do coordenador pedagógico. **NetSaber Artigos**. Disponível em: http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_52696/artigo_sobre_o-papel-do-coordenador-pedagogico. Acesso em: 16 jun. 2019

BELO HORIZONTE. **Lei nº 8679, de 11 de novembro de 2003**. Cria as Unidades Municipais de Educação Infantil e o cargo de Educador Infantil. Belo Horizonte, 2003.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 11.065, de 1 de agosto de 2017**. Estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo e dá outras providências. Belo Horizonte, 2017.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 11.132, de 18 de setembro de 2018**. Estabelece a autonomia das Unidades Municipais de Educação Infantil-EMEIS, transformando-as em Escolas Municipais de Educação Infantil-EMEIS. Belo Horizonte, 2018.

BELO HORIZONTE. **Resolução CME/BH nº 001 de 05 de março de 2015**. Fixa normas para o funcionamento de instituições de Educação Infantil do Sistema Municipal de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996.

BELO HORIZONTE. **QEdu [on line]**. Disponível em: https://www.qedu.org.br/cidade/1587-belo-horizonte/censo-escolar?year=2018&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item= Acesso em: 01 nov. 2019.

DIAS, Donaldo de Souza. **Como escrever uma monografia**: manual de elaboração com exemplos e exercícios. São Paulo: Atlas, 2010.

DOMINGUES, Isaneide. **O Coordenador Pedagógico e a formação contínua do docente na escola**. São Paulo: Cortez, 2015.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**: questões da nossa época. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Gestão democrática com participação popular**: planejamento e organização da educação nacional. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2013.

LONGAREZI, Andrea Marurano, ALVES, Tamarisa de Camargo. A psicologia como abordagem formativa: um estudo sobre formação de professores. **Psicologia Escola Educação (impr.) [on line]**. 2009, v. 13, n.1, p.125-132. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572009000100014&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02 jul. 2019.

MELO, Ana Cláudia Figueiredo Brasil Silva (org). **Proposições Curriculares para a Educação Infantil: fundamentos**. Belo Horizonte: SMED, 2014. 136 p. (Desafios da Formação, 1).

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar: introdução crítica**. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

QUIRINO, Raquel. Saberes e Práticas do Pedagogo como Coordenador Pedagógico. **Revista Docência do Ensino Superior**. v. 5, n. 2. out. 2015.

ANEXO A



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO
DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

Coordenação Pedagógica: sujeitos e práticas no cotidiano escolar

Tema de pesquisa: Gestão Democrática e autonomia das escolas na formação dos Coordenadores Pedagógicos

QUESTIONÁRIO

Convido você a responder este questionário, que tem como objetivo fazer uma análise sobre a Formação dos Coordenadores que atuam na Rede Municipal de Belo Horizonte, bem como dos Coordenadores das Creches Parceiras da PBH.

Minha pesquisa traz à tona as formações dos coordenadores, em uma gestão democrática, onde os temas tratados nas formações propostas pela DIRE-CS, são sempre definidos pela SMED.

Ao responder este questionário, você estará contribuindo para uma reflexão acerca das formações oferecidas pela DIRE-CS, bem como nas definições dos temas a serem propostos.

Nome: _____

Instituição onde trabalha: _____

As questões de 01 a 02, referem-se a informações pessoais

1) **Qual a sua idade?** _____

2) **Estado civil.**

- a) Casado
- b) Solteiro
- c) Viúvo
- d) Divorciado

As questões de 03 a 16, referem-se à sua vida profissional.

- 3) Há quanto tempo você atua na área da educação?
- 4) Há quanto tempo você atua na rede municipal de educação de Belo Horizonte?
- 5) Há quanto tempo você atua como Coordenador Pedagógico?.....
- 6) Antes de atuar como coordenador Pedagógico você já tinha atuado na gestão de alguma escola?
.....
- 7) Há quanto tempo atua como Coordenador Pedagógico na Rede Municipal da PBH?
.....
- 8) Há quanto tempo atua como Coordenador Pedagógico em uma Creche Parceira com a PBH ?
.....
- 9) Já trabalhou em outra instituição da rede ou Creche Parceira?
a) Sim
b) Não
Se sim, informe qual a instituição
- 10) Se respondeu sim na questão acima, informe por quanto tempo trabalhou na outra instituição:
.....
- 11) Nesta instituição informada acima, você exerceu o cargo de coordenação?
a) Sim
b) Não
c) Não trabalhei em outra instituição da rede ou conveniada
- 12) O que você acha da função de coordenação em uma escola?
.....
- 13) Na sua experiência, quais os principais desafios você vivencia como Coordenador(a) Pedagógica?
.....
- 14) Qual é sua formação inicial?
() magistério. Ano de formação
- () Ensino Superior. Curso e ano de formação:

15) Você realiza formação continuada na sua vida profissional? Como? Quais?

.....

16) Qual a importância da formação continuada para você?

.....

As questões de 17 a 27 referem-se às formações dadas aos Coordenadores que atuam em Instituições próprias e parceiras da PBH no ano de 2018.

17) Você foi assíduo nas formações ofertadas pela DIRE-CS?

- a) Sim
- b) Não

18) Se você respondeu sim na questão 17, indique o nível de sua assiduidade:

- a) Muito assíduo
- b) Pouco assíduo
- c) Adequadamente assíduo

19) Os temas propostos contribuíram para sua formação docente?

- a) Sim
- b) Não

Se sim, cite temas que contribuíram com seu trabalho

.....

.....

20) Você já teve oportunidade de sugerir temas que seriam importantes de serem explorados na formação de coordenadores oferecida pela DIRE-CS?

- a) Sim
- b) Não

21) Se você respondeu sim na questão 20, indique se você sugeriu:

- a) Muito
- b) Pouco
- c) Regularmente

22) Você já teve oportunidade de opinar sobre a organização das formações dadas pela DIRECS? Se sim, marque em quais itens teve a oportunidade de opinar?

- () local onde aconteceu a formação
- () horário das formações
- () definição do cronograma da formação
- () dinâmica das formações
- () outros. _____

23) Você considera que, na sua instituição, vocês tem a participação da comunidade escolar (professores, secretários, funcionários) na tomada de decisão?

.....
.....
.....
.....

24) Quais temas você considera relevante de serem tratados nas formações de Coordenadores?

- () Planejamento
- () Avaliação
- () Ética Profissional
- () Gestão das Relações Interpessoais
- () Afetividade
- () Alfabetização e Letramento
- () O Brincar na Educação Infantil
- () Jogos Matemáticos
- () Outros

25) Entre os temas que você escolheu, indique um que pode contribuir muito nas suas ações como Coordenador(a) pedagógico e explique como ele pode contribuir.

.....
.....
.....
.....

26) Sobre como poderíamos organizar a formação, enumere as opções abaixo de acordo com a relevância?

- () Troca de experiência com o grupo de trabalho;
- () Roda de conversa;
- () Grupo de estudos;
- () Convidados externos;

() Debates;

() Outras _____

27) Que sugestões você tem para melhorar as práticas de formação promovidas pela DIRE-CS?

.....
.....
.....
.....